

PSICOLOGIA E IDEOLOGIA*

Nohan Chomsky

Agradecemos à Editora, a gentileza da autorização para a tradução e publicação de:
CHOMSKY, Nohan. *Psychology and ideology*. In: _____ . *For reasons of state*. New York, Pantheon Books, A Division of Random House, 1973. cap. 7, p. 317-364.

I

Há um século, um liberal inglês descreveu o chinês como uma "raça inferior de maleáveis orientais"(1). Na mesma época a antropologia tornou-se profissionalizada como uma disciplina "intimamente associada com o surgimento da raciologia"(2). Confrontada com as afirmações racistas da antropologia do século XIX, uma pessoa racional faria dois tipos de questão: Qual é o estatuto científico dessas afirmações? e: A que necessidades sociais ou ideológicas elas servem? As questões são logicamente independentes, mas as du segundo tipo surgem naturalmente à medida em que as pretensões científicas são solapadas. No caso da antropologia racista do século XIX a questão do estatuto científico não é mais considerada seriamente e não é também difícil perceber qual era sua função social. Se o chinês era maleável por natureza, o que se poderia objetar contra um controle exercido por uma raça superior?

* Este capítulo foi ampliado a partir de um ensaio publicado em "Cognitions", vol. 1, nº 1, (1972). Algumas partes apareceram de forma ligeiramente modificada, como uma resenha de "Beyond Freedom and Dignity" de B. F. Skinner em "New York Review of Books", dezembro 30-1971. A discussão do trabalho de Herrnstein apareceu, em parte, em "Social Policy", 1972, vol. 3, nº 1, (1972), e, em parte, em "Ramports", julho, 1972. No que diz respeito à resposta de Herrnstein e outros comentários meus (em parte incorporados aqui) ver "Cognition", vol. 1, nºs 2,3,4 (1972).

(1) "Economist" - outubro 31 - 1862 - Citado por Frederick F. Calirmonte em sua resenha sobre "The Race War", por Donald Segal, "Journal of Modern African Studies" (no prelo).

(2) Marvin Harris - "The Rise of Anthropological Theory" - pp. 100-1. Por volta de 1860, diz ele, "o determinismo antropológico e o social se tinham tornado quase sinônimos".

Consideremos agora uma generalização da pseudociência do século XIX. Não são apenas os chineses pagãos que são maleáveis por natureza, mas todas as pessoas. A ciência mostrou que é uma ilusão falar de "liberdade e dignidade". Aquilo que uma pessoa faz é totalmente determinado por seu equipamento genético e por sua história de reforços. Por isso, deveríamos usar a melhor tecnologia behaviorista para modelar e controlar o comportamento tendo em vista o interesse comum.

Novamente, podemos perguntar acerca do estatuto científico dessa afirmação e as funções sociais a que elas servem. Mais uma vez, se o estatuto científico é incipiente, será então particularmente interessante considerar o clima de opiniões dentro do qual essa afirmação é levada a sério.

II

Em suas especulações acerca do comportamento humano, as quais devem distinguir-se claramente de sua investigação experimental sobre o condicionamento operante, B.F. Skinner oferece uma versão particular da Teoria da maleabilidade humana. A recepção pública desta Teoria é assunto de algum interesse. Skinner foi condenado como alguém que abria caminho para o pensamento totalitário e louvado por advogar um ambiente social firmemente controlado. É acusado de imoralidade e elogiado como porta-voz da ciência e da racionalidade nos assuntos humanos. Aparece como atacando os valores humanos fundamentais ao clamar por controle ao invés de defender a liberdade e a dignidade. Parece haver algo escandaloso nisso, e uma vez que Skinner invoca a autoridade da ciência, alguns críticos condenam a própria ciência, ou "a visão científica do homem", por apoiar tais conclusões, enquanto outros asseguram que a ciência vencerá o misticismo e as crenças irracionais.

Uma análise mais cuidadosa revela que a aparência é enganadora. Skinner não está dizendo nada acerca de liberdade e dignidade, embora ele use as palavras de uma forma estranha e idiossincrásica. Suas especulações são desprovidas de conteúdo científico e nem sequer atingem as linhas gerais de uma ciência possível do comportamento humano. Além disso, Skinner impõe certos limites arbitrários à investigação científica que virtualmente garantem o malogro continuado.

No que tange suas implicações sociais, a ciência do comportamento humano de Skinner, por ser muito vazia, está tão próxima dos liberais quanto dos facistas. Se algumas de suas observações sugerem uma ou outra interpretação, é preciso, acentuar que esta não se segue de sua "ciência" mais do que de sua negação. Creio que seria mais correto encarar a obra de Skinner "Além da liberdade e da dignidade" como um teste de Roschach. O fato dele ser amplamente apontado

como indicando o caminho para 1984 é, talvez, uma indicação sugestiva de certas tendências da sociedade industrial moderna. Não há dúvida de que uma teoria da maleabilidade humana possa ser posta a serviço de uma doutrina totalitária. Se, de fato, liberdade e dignidade são simples relíquias de crenças místicas superadas, então que objeções se poderia fazer contra controles estreitos e eficazes que assegurassem a "sobrevivência de uma cultura"?

Dado o prestígio da ciência e as tendências para um controle autoritário centralizado que podem ser facilmente detectados na sociedade industrial moderna, é importante investigar seriamente as afirmações de que a ciência do comportamento e a tecnologia a ela relacionada proporcionam os meios para o controle do comportamento. O que de fato foi demonstrado, ou até mesmo plausivelmente sugerido, a esse respeito?

Skinner nos assegura repetidamente que sua ciência do comportamento está avançando poderosamente e que existe uma eficaz tecnologia de controle. "É fato", alega ele "que todo controle é exercido pelo ambiente"(3). Conseqüentemente, "Quando parece que estamos devolvendo o controle à própria pessoa, nós simplesmente transferimos um modo de controle para outro" (p. 97). A única tarefa séria consiste então em planejar controles menos "aversivos" e mais eficazes, um problema de engenharia. "As linhas gerais de uma tecnologia já estão claras" (p.149). "Dispomos da tecnologia física, biológica e comportamental necessárias para 'nos salvar'; o problema é como conseguir que as pessoas as usem" (p. 158).

É um fato, afirma Skinner, que "o comportamento é modelado e mantido por suas conseqüências" e à medida em que as conseqüências contingentes ao comportamento são investigadas, cada vez mais "elas estão assumindo precedência sobre as funções explicativas previamente atribuídas a personalidades, estados de espírito, sentimentos, traços de caráter, objetivos e intenções"(p.18):

"À medida em que uma ciência do comportamento adota a estratégia da física e da biologia, o agente autônomo, ao qual o comportamento tradicionalmente foi atribuído, é substituído pelo ambiente — o ambiente no qual a espécie evolui e no qual o comportamento do indivíduo é modelado e mantido".(p.184).

Uma "análise comportamental" está assim substituindo os "apelos tradicionais a estados de espírito, sentimentos e outros aspectos do homem autônomo" e "está de fato muito mais avançada do que, geralmente admitem seus críticos". (p. 160). O comportamento humano é uma função de "condições ambientais ou genéticas" e as pessoas não deveriam objetar "quando uma análise científica liga

(3) B. F. Skinner — "Beyond Freedom and Dignity", p. 82 — As referências subseqüentes serão feitas indicando apenas o número da página.

seu comportamento a condições externas”(p.75) ou quando uma tecnologia comportamental melhora o sistema de controle.

Não apenas tudo isso demonstrado, como virá também a ocorrer que, à medida em que a ciência do comportamento progredir, ela estabelecerá mais plenamente estes fatos. “É da natureza do progresso científico que as funções do homem autônomo sejam, uma por uma, assumidas pelo ambiente controlador, à medida em que o papel deste for sendo melhor compreendido”(p.58). Esta é a “visão científica”, e “faz parte da natureza da investigação científica” que a prova se modifique em seu favor (p. 101). “Faz parte da natureza de uma análise experimental do comportamento humano que ela se desvencilhe das funções previamente atribuídas ao homem autônomo e as atribua ao ambiente controlador” (p.198). Além disso, algum dia a fisiologia “explicará porque o comportamento está de fato relacionado com os acontecimentos antecedentes dos quais se pode mostrar que ele é uma função” (p.195).

Tais afirmações se enquadram em duas categorias. Na primeira estão as declarações acerca do que foi descoberto; na segunda, assertivas sobre aquilo que a ciência deve descobrir em seu inexorável progresso. É provável que a esperança, o medo ou a resignação induzidos pela proclamação de Skinner resultem, em parte, de tais afirmações acerca da inevitabilidade do progresso científico em direção à demonstração de que todo controle é exercido pelo ambiente, e que a habilidade do “homem autônomo” em escolher é uma ilusão.

Afirmações do primeiro tipo devem ser avaliadas em termos da prova apresentada por elas. No caso presente, esta é uma tarefa simples. Nenhuma evidência é apresentada. De fato, como ficará claro quando voltarmos para exemplos mais específicos, a questão da prova está fora de questão, uma vez que as afirmações, quando analisadas, transformam-se em incoerência ou trivialidade. As declarações acerca da inevitabilidade das descobertas futuras são ainda mais ambíguas. Está Skinner dizendo, enquanto matéria de necessidade, que a ciência revelará que o comportamento é totalmente determinado pelo ambiente? Se assim for, sua declaração deve ser afastada como sendo puro dogmatismo, estranho à “natureza da investigação científica”. É bastante concebível que, à medida que a compreensão científica progrida, ela venha a revelar que, mesmo com detalhes completos acerca do equipamento genético e da história pessoal, uma onisciência Laplaceana poderia prever muito pouca coisa acerca daquilo que um organismo fará. É até mesmo possível que a ciência possa qualquer dia proporcionar razões de confiança para esta conclusão (se de fato ela é verdadeira). Mas talvez Skinner esteja apenas sugerindo que o termo “compreensão científica” se restrinja à previsão do comportamento a partir de condições ambientais. Se assim for, então a ciência poderá revelar, à medida em que ela progredir, que “a compreensão científica do comportamento humano”, nesse sen-

tido, é inerentemente limitada. Até o momento, não dispomos de nenhuma evidência científica, nem do embrião de uma hipótese interessante, acerca de como o comportamento humano é determinado. Portanto, nós só podemos expressar nossas esperanças acerca de como uma ciência futura venha a demonstrá-lo. Em qualquer caso, as declarações de Skinner nessa categoria são dogmáticas ou desinteressantes, dependendo da interpretação que delas fizermos.

O elemento dogmático do pensamento de Skinner se revela mais ainda quando ele afirma que "a tarefa de uma análise científica é a de explicar como o comportamento de uma pessoa, enquanto sistema físico, se relaciona com as condições sob as quais a espécie humana evoluiu e sob as quais o indivíduo vive". (p.14). Certamente, a tarefa de uma análise científica consiste em descobrir os fatos e explicá-los. Suponhamos que de fato o cérebro humano opere por princípios físicos (talvez não desconhecidos) que provem a subsistência da livre escolha, apropriada às situações, mas afetadas apenas marginalmente pelas contingências ambientais. A tarefa da análise científica não é — como Skinner acredita — demonstrar que as condições às quais ele restringe sua atenção determinam completamente o comportamento humano, mas sim descobrir se de fato elas o fazem (ou se elas são de fato significativas), o que é uma questão muito diferente. Se tais condições não determinarem o comportamento, como parece muito plausível, a "tarefa da análise científica" será a de esclarecer as questões e descobrir uma teoria explicativa inteligível que trate com os fatos reais. Certamente nenhum cientista acompanharia Skinner em sua insistência na necessidade a priori de que a investigação científica levará a uma conclusão particular, antecipadamente especificada.

Em apoio a sua crença de que a ciência virá a demonstrar que o comportamento é inteiramente uma função de acontecimentos antecedentes, Skinner aponta que a física avançou apenas quando "deixou de personificar as coisas" e de atribuir a elas "desejos, impulsos, sentimentos, objetivos" etc. (p.8). Da mesma forma, ele conclui, a ciência do comportamento só progredirá quando deixar de personalizar as pessoas e evitar referência a "estados internos". Sem dúvida, a física progrediu ao rejeitar a idéia de que o desejo de uma rocha de cair seja um fator de seu "comportamento", porque de fato uma rocha não tem esse desejo. Para que o argumento de Skinner tenha alguma força, ele precisa mostrar que as pessoas não possuem mais desejos, sentimentos, impulsos do que as rochas. Se as pessoas diferem das rochas nesse sentido, então a ciência do comportamento humano terá que levar esse fato em conta.

Da mesma maneira, Skinner está certo ao afirmar que "a física moderna e grande parte da biologia" não discutem assuntos tais como "crise de fé" ou "perda de confiança" (p.106). Evidentemente, dessa observação correta nada se segue com relação à ciência do comportamento humano. A física e a biologia,

observa Skinner, "não progridem por olhar mais de perto a alegria de um corpo que cai . . . ou a natureza dos espíritos vitais e nós não precisamos tentar descobrir o que são realmente as personalidades, os estados de espírito, os sentimentos ou outras prerrogativas do homem autônomo para prosseguirmos com uma análise científica do comportamento"; e nós devemos negligenciar os "estados mentais supostamente mediadores" (p.15). Isto é suficientemente verdadeiro se de fato não existirem estados intermediários que possam ser caracterizados por uma teoria abstrata da mente, e se as personalidades etc., não forem mais reais do que a alegria de um corpo que cai. Mas se as afirmações fáticas são falsas, então nós certamente precisamos tentar descobrir o que são realmente as "prerrogativas do homem autônomo" e determinar os "estados mentais mediadores" — pelo menos se quisermos desenvolver uma ciência do comportamento humano que tenha algum conteúdo intelectual e alguma força explicativa. Skinner poderia argumentar, mais racionalmente, que sua "ciência" não despreza essas prerrogativas e os estados interiores, mas apenas descreve de outra forma os fenômenos discutidos nesses termos. Veremos diretamente qual o conteúdo dessa afirmação.

Difícilmente é possível argumentar que a ciência só avançou por repudiar hipóteses concernentes aos "estados internos". Rejeitando o estudo dos estados interiores postulados, Skinner revela sua hostilidade não apenas à "natureza da investigação científica", mas até mesmo à comum prática de engenharia. Por exemplo, Skinner acha que a "teoria da informação" torna-se problemática quando tem de inventar um "processador" interior para converter a energia aplicada em produto final. (p.18) Esta é uma estranha maneira de descrever o assunto; a "teoria da informação" não se torna "problemática". Pelo contrário, a consideração do processador interior na teoria matemática da informação ou suas aplicações à psicologia seguiram uma prática de engenharia normal e científica. Suponhamos que um investigador se veja diante de um aparelho cujo funcionamento ele não compreende e suponhamos que por meio de um experimento ele possa obter informações acerca das relações entre a energia e a produção do aparelho. Ele não hesitaria, se fosse racional, em construir uma teoria dos estados internos do aparelho e testá-la segundo provas ulteriores. Ele poderia também continuar tentando determinar os mecanismos que funcionam das formas descritas por sua teoria dos estados internos, e os princípios físicos em ação — deixando aberta a possibilidade de que princípios físicos novos e desconhecidos possam estar envolvidos, uma matéria particularmente importante no estudo do comportamento dos organismos. Sua teoria dos estados internos pode muito bem ser o único guia útil para pesquisas ulteriores. Contestando, a priori, esta estratégia comum de pesquisa, Skinner apenas condena sua estranha variedade de "ciência do comportamento" a uma inépcia continuada.

O antagonismo de Skinner pela ciência também se revela por seu tratamento das matérias de fato. Os psicólogos interessados pelos fatos argumentam que a aquisição da linguagem pela criança bem como a aquisição de vários conceitos é, em parte, função do desenvolvimento e que por meio de processos de maturação a linguagem da criança cresce "como um embrião" e que o isolamento interfere com certos processo de crescimento. Skinner rejeita essas hipóteses (pp. 139, 141, 221) e afirma que as contingências verbais e outras contingências ambientais explicam todos os fenômenos observados. Em nenhuma parte, ele nos fornece qualquer prova ou argumento racional disso, nem tampouco ele mostra qualquer outra falha nas teorias, talvez incorretas, mas perfeitamente inteligíveis, que ele sumariamente rejeita. (Ele apresenta todavia, objeções irrelevantes, que por qualquer motivo lhe parecem aplicáveis — ver páginas citadas acima). Seu dogmatismo a esse respeito é particularmente curioso uma vez que certamente ele não negaria que processos de maturação geneticamente determinados estão envolvidos em outros aspectos do desenvolvimento. Mas nesta área, ele insiste em que a explicação deve ser buscada alhures. Embora sua conclusão possa, por puro acidente, ser correta, ainda assim seria difícil imaginar uma atitude mais oposta à "natureza da investigação científica".

Não podemos especificar a priori que postulados e hipóteses são legítimos. O apriorismo de Skinner, nesse aspecto, não é mais legítimo que a afirmação de que a física clássica não é "ciência" porque recorre à "força oculta da gravidade". Se um conceito ou princípio encontra seu lugar em uma teoria explicativa, ele não pode ser excluído por razões metodológicas como as discussões de Skinner sugerem. Em geral, a concepção que Skinner faz de ciência é muito estranha. Não apenas suas admissões metodológicas a priori excluem todas as teorias, com exceção das mais triviais, mas ele é também dado a estranhos pronunciamentos tais como afirmação de que "as leis da ciência são descrições das contingências de reforço" (p.189) — a qual eu, felizmente, desisto de codificar.

É importante ter em mente que as críticas de Skinner não definem a prática da ciência do comportamento. De Fato, aqueles que chamam a si mesmos de "cientistas comportamentais" ou "behavioristas" variam amplamente no que tange as construções teóricas que eles desejam admitir. W. V. O. Quine, que em outras ocasiões tentou trabalhar dentro dos limites de um quadro de referência Skinneriana, vai ao ponto de definir o "behaviorismo" simplesmente como a insistência em que as conjecturas e conclusões devam eventualmente ser verificadas em termos de observações (4). Como ele destaca, qualquer pessoa razoável é behaviorista nesse sentido. A proposta de Quine significa a abdicação do

(4) W. V. O. Quine — "Linguistics and Philosophy", em Sidney Hook ed. — "Language and Philosophy", p. 97.

behaviorismo como um ponto de vista substantivo, o que é igualmente bom. Qualquer que seja a função desempenhada pelo "behaviorismo" no passado, ele transformou-se em apenas um conjunto de restrições arbitrárias a uma teoria "legítima" da construção e não há razão por que alguém que investiga o homem e a sociedade deva aceitar o tipo de grilhões intelectuais que os físicos certamente não tolerariam e que condenam toda procura intelectual à insignificância.

Note-se que o que está aqui em questão não é o "behaviorismo filosófico", um conjunto de idéias acerca das reivindicações legítimas ao conhecimento, mas o behaviorismo enquanto um conjunto de condições impostas à legítima teoria da construção no estudo das habilidades e realizações mentais e da organização social humana. Assim uma pessoa pode aceitar a versão de Quine do "behaviorismo" para a teoria científica da construção, abandonando assim, de fato, a doutrina, mas aceitando ao mesmo tempo que as teorias científicas construídas de acordo com a condição de que as hipóteses devem ser eventualmente verificadas, em termos de observação, não constituem verdadeiramente "conhecimento". Se consistente, tal pessoa rejeitará também as ciências naturais como não constituindo um "verdadeiro conhecimento". É possível, é claro, impor condições de severidade arbitrária ao conceito de "conhecimento". Não importa qual seja o interesse desta tarefa, não é o que eu estou discutindo aqui. Nem tampouco estou discutindo se o sistema de regras e princípios inconscientes que a mente constrói, ou o esquematismo inato que proporciona a base para tais construções, deveria apropriadamente ser chamado de "conhecimento", ou talvez deva receber outro nome. Em minha opinião nenhuma investigação do conceito de conhecimento no sentido comum proporcionará uma resposta para essas questões, uma vez que ele é muito vago e impreciso exatamente nos pontos críticos. Esta não é todavia a questão que se coloca agora e não prosseguirei com ela.

Consideremos agora mais cuidadosamente o que quer Skinner dizer quando afirma que todo comportamento é externamento controlado e que o comportamento é uma função das condições genéticas e ambientais. Quer com isso, ele, dizer que o conhecimento pleno de tais condições permitiria, em princípio, especificar previsões acerca daquilo que a pessoa fará? Certamente não. Skinner quer dizer que as condições ambientais e genéticas determinam "probabilidades de respostas". Mas ele é tão vago quanto a essa noção que não é claro se suas declarações acerca do determinismo levam a algo. Ninguém duvidaria de que o fato de eu emitir uma sentença em inglês ao invés de em chinês é "determinada" por minha experiência passada, ou que a probabilidade de que eu produza uma sentença em língua humana ao invés de fazê-lo em algum sistema imaginável mas não acessível ao homem seja "determinada" por minha constituição genética. Não necessitamos que as ciências comportamentais nos digam isso. Quando pro-

curamos porém previsões mais específicas nada encontramos. Pior, descobrimos que as limitações a priori que Skinner impõe à investigação "científica" tornam impossível para ele formular os conceitos relevantes, e muito menos investigá-los.

Consideremos, por exemplo, a noção "probabilidade de emissão de uma sentença inglesa ao invés de uma chinesa". Dada uma caracterização do "Inglês" e do "Chinês" por uma teoria abstrata dos estados internos postulados (estados mentais, se quiserem) é possível dar algum sentido a esta noção — embora as probabilidades, sendo negligenciáveis sob qualquer caracterização conhecida dos fatores determinantes, serão sem interesse para a previsão do comportamento (5). Mas para Skinner, mesma essa realização marginal é impossível. Para Skinner, aquilo que chamamos de "conhecimento de Francês" é um repertório adquirido à medida em que uma pessoa aprende a falar francês (p.197). Por isso as probabilidades serão definidas por tais "repertórios". Mas o que significa dizer que alguma proposição inglesa que eu nunca ouvi ou produzi pertence a meu "repertório", mas não qualquer proposição chinesa (de tal forma que a primeira tem maior "probabilidade")? Os skinnerianos, neste ponto da discussão, recorrem a "similaridade" ou "generalização", sem nunca caracterizar a forma pela qual uma nova expressão é "similar" a exemplos familiares ou "generalizada" a partir deles. A razão para esta falha é simples. Até onde sabemos, as propriedades relevantes podem ser expressas apenas em termos de teorias abstratas que podem ser tomadas como descrições dos estados internos postulados do organismo, e tais teorias são excluídas, a priori, da "ciência" de Skinner. A consequência imediata é que o skinnerianismo deve resvalar para o misticismo (inexplicáveis similaridades e generalizações de um tipo que não pode ser especificado) tão logo as discussões atinjam o mundo de fato. Enquanto a situação é mais clara no caso da linguagem, não há razão para supor que outros aspectos do comportamento humano cairão dentro do alcance da "ciência" constrangidos pelo a priori das restrições skinnerianas.

Incidentalmente, seria interessante ver como os defensores de Skinner respondem a essa inabilidade em tratar com questões factuais concretas. Aubrey Yates, por exemplo, refere-se à crítica de Breger e McGaugh(6), que afirmam que

(5) Nós podemos, é claro, planejar circunstâncias nas quais o comportamento pode ser previsto de forma bastante aproximada, como qualquer interrogador militar no campo o sabe. E nós podemos reduzir o problema à trivialidade encarando os desejos, intenções, objetivos, etc. de uma pessoa como parte das circunstâncias que eliciam o comportamento. Se nós realmente pretendemos iludir-nos, podemos continuar "traduzindo" desejos, intenções e objetivos para uma terminologia da teoria do condicionamento operante, de acordo com a linha que exploraremos a seguir.

(6) L. Breger e J. L. McGaugh — "Critique and Reformulation of 'Learning — Theory' Approches to Psychoteraphy and Neurosis", *Psychological Bulletin*, maio, 1965.

o estudo que Skinner faz do uso e da aprendizagem da língua não pode manejar fatos que podem ser explicados postulando-se uma teoria abstrata (uma gramática) que é aprendida e usada. Yates apresenta a seguinte refutação que ele considera como "devastadora": "a afirmação de que a criança aprende e utiliza uma gramática não é um fato que Skinner tenha que explicar, se sua teoria deve permanecer viável, mas uma inferência ou uma construção teórica". "Ninguém jamais observou uma "gramática" e a criança seria incapaz de especificá-la; é bastante impróprio estabelecer uma construção teórica para explicar o comportamento verbal complexo e depois pedir que Skinner explique essa construção teórica pelos meios de sua própria teoria"(7).

Mas Breger e McGaugh não insistem em que Skinner explique a construção teórica "gramática" com os meios de sua própria teoria (não importa o que isto possa significar); antes, eles argumentam que empregando a construção teórica "gramática" é possível explicar fatos importantes que escapam dos limites do sistema de Skinner. Uma resposta apropriada consistiria em mostrar que a explicação proposta é falha, ou então que Skinner pode explicar esses fatos de outra maneira ou que esses fatos não são importantes para seus fins práticos. Mas o "argumento devastador" de Yates, bem como a recusa de Skinner em encarar o problema, constituem simplesmente uma evasão. Por uma lógica similar, um místico poderia argumentar que sua descrição do movimento planetário não é destruída por sua incapacidade de tratar dos fenômenos que são explicados pela física newtoniana a qual, afinal de contas, é apenas uma teoria que visa explicar os fatos. Quanto à observação de que a gramática não pode ser "observada" ou especificada pela criança, é claro que nenhuma construção teórica é "observada" e a insistência em que as caracterizações abstratas dos estados mentais internos sejam acessíveis à introspecção, pela criança ou qualquer outra pessoa, é novamente (não obstante sua distinta ambigüidade) mero dogmatismo que deve ser descartado em uma investigação séria. A teoria explicativa que Breger e McGaugh discutem pode ser falsa, mas é irrelevante notar que ela não pode ser observada ou descrita pela pessoa cujo comportamento é pretensamente explicado pelo uso dessa teoria. Infelizmente, esse tipo de manobra é bem típico.

A própria resposta de Skinner a essas críticas é não menos reveladora. Ele acredita que as pessoas o atacam e argumentam contra sua "imagem científica do homem" porque "a formulação científica destruiu reforços contumazes" e

(7) Anbrey J. Yates, *Behavior Therapy*, pag. 396. Skinner também afirma, embora se trate de algo irrelevante para qualquer consideração racional, que "o falante não sente as regras gramaticais que se supõe que ele aplica na composição de sentenças, e que os homens falaram gramaticalmente por milhares de anos antes que alguém soubesse que havia regras" (pag. 16).

faz com que o "comportamento previamente reforçado pelo crédito ou a admiração seja levado à extinção", uma vez que "não se pode mais dar créditos ou admirar uma pessoa por aquilo que ela faz". E a extinção "frequentemente produz ataques agressivos" (p.212). Acusa também seus críticos de "instabilidade emocional", citando Arthur Koestler e Peter Gay que afirmam que o behaviorismo é "uma monumental trivialidade" marcada por uma "ingenuidade inata" e pela "bancarrota intelectual" (p.165). Skinner não tenta destruir essas críticas apresentando resultados que não sejam uma monumental trivialidade. Ele é incapaz de perceber que a objeção à sua "imagem científica do homem" deriva, não da extinção de certo comportamento ou da oposição à ciência, mas da habilidade em distinguir a ciência da trivialidade e do erro óbvio. Skinner não compreende a crítica básica: quando suas formulações são interpretadas literalmente, elas são trivialmente verdadeiras, não fundamentadas em prova, ou claramente falsas; e quando suas asserções são interpretadas de forma caracteristicamente vaga e metafórica, elas são apenas um pobre substituto do uso comum. Tais críticas não podem ser superadas pela mágica verbal, por uma simples reiteração de que um estudo é científico e que aqueles que não vêm isso ou são opostos à ciência ou perturbados.

Da mesma forma, Skinner afirma que a caracterização que Koestler faz do behaviorismo está pelo menos setenta anos atrasada, mas não aponta quais são os grandes progressos dos últimos setenta anos que foram negligenciados por Koestler. De fato, as reais conquistas da ciência do comportamentalismo, na medida que as conhecemos, de forma alguma apoiam as conclusões de Skinner (desde que estas não sejam triviais). É por esta razão que se deve presumir que, segundo Skinner, o leitor não "precisa conhecer detalhes de uma análise científica do comportamento" (p.22), sendo que nenhum deles é apresentado. Não é a profundidade ou a complexidade dessa teoria que leva Skinner a não delinear-lá para o leitor leigo. Jacques Monod, por exemplo, em seus recentes trabalhos sobre biologia e assuntos humanos (8), fornece uma apresentação bastante detalhada das realizações da biologia moderna que ele considera relevantes para suas especulações (que são claramente identificadas). Quero acrescentar que não estou criticando Skinner pela relativa falta de resultados significativos nas ciências do comportamento quando comparadas com, digamos, a biologia, mas por suas declarações irresponsáveis sobre a "ciência do comportamento" que o leitor não precisa conhecer mas que, segundo ele alega, produziu todo tipo de resultados notáveis face ao controle do comportamento.

(8) Jacques Monod — *Choice and Necessity*.

III

Vejamos agora as provas que Skinner apresenta acerca de suas extraordinárias declarações: como a de que uma "análise do comportamento" revela que a realização de artistas, escritores, estadistas e cientistas pode ser quase inteiramente explicada em termos de contingências ambientais (p.44), que é o ambiente que torna uma pessoa sábia ou compadecida (p.171), que "todas essas questões acerca de fins, sentimentos, conhecimentos, etc. podem ser refeitas em termos de ambiente ao qual a pessoa foi exposta" e que "aquilo que uma pessoa 'pretende fazer' depende daquilo que ela fez no passado e do que aconteceu em seguida" (p.72), e assim por diante.

De acordo com Skinner, além do equipamento genético, o comportamento é determinado inteiramente pelo reforço. Para um organismo faminto, a comida é um reforço positivo. Isto quer dizer que "tudo aquilo que o organismo faz e que é seguido de comida será mais provavelmente feito outra vez quando o organismo estiver faminto" (p.27); mas "a comida só é reforçadora em um estado de privação" (p.37). Um reforço negativo é um estímulo que aumenta a probabilidade do comportamento que reduz a intensidade desse estímulo; ele é "aversivo" e grosseiramente falando constitui uma ameaça (p.27). Um estímulo pode tornar-se um reforçador condicionado por associação com outros reforçadores. Assim o dinheiro "só é reforçador após ter sido trocado por coisas reforçadoras" (p.33). O mesmo é, em geral, verdade no caso da aprovação e da afeição. (O leitor pode tentar algo que Skinner sempre evita, a saber, caracterizar os "estímulos" que constituem "aprovação" — por exemplo, porque a afirmação "este artigo deve aparecer em tal jornal" é um exemplo de aprovação quando feita por uma pessoa e de desaprovção quando feita por outra"). O comportamento é modelado e mantido pelo arranjo de tais reforços. Assim, "alteramos as forças relativas das respostas por reforço diferenciado dos cursos alternativos de ação" (p.94-5); o repertório de comportamento de uma pessoa é determinado "pelas contingências de reforço às quais ela é exposta enquanto indivíduo" (p.127); um organismo passará de uma intensa atividade para uma completa quietude dependendo dos esquemas segundo os quais ele foi reforçado" (p.186). Como percebe Skinner (embora alguns de seus defensores não o façam) (9) um controle meticuloso é necessário para modelar um comportamento de forma altamente específica. Assim, "a cultura . . . ensina uma pessoa a realizar perfeitas discriminações tornando mais precisos os reforços diferenciados" (p.194); um fato

(9) Ver, por exemplo, Kenneth MacCorquodale. "On Chomsky's Review of Skinner's *Verbal Behavior*", *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, vol. 13, nº 1 (1970).

que causa problemas quando "a comunidade verbal não pode organizar as contingências sutis necessárias para ensinar refinadas distinções entre estímulos que são inacessíveis a ela"; "como resultado a linguagem da emoção não é precisa". (p.106).

O problema do "planejamento de uma cultura" consiste em "tornar o meio social tão livre quanto possível dos estímulos aversivos" (p.42); "tornar a vida menos punitiva e ao fazê-lo liberar para atividades mais reforçadoras o tempo e a energia consumidos na esQUIVA à punição". (p.81). É um problema de engenharia, e poderíamos prosseguir com ele se pudéssemos ao menos superar a preocupação irracional com a liberdade e a dignidade. O que se exige é um uso mais eficaz da tecnologia disponível e melhores meios de controle. De fato, "Dispõe-se de uma tecnologia do comportamento que reduziria com mais sucesso as consequências aversivas do comportamento, consequências próximas ou distantes, e ampliaria as realizações de que é capaz o organismo humano" (p. 125). Mas, "os defensores da liberdade se opõem a seu uso" contribuindo assim para o mal-estar social e para o sofrimento humano. É esta irracionalidade que Skinner pretende ajudar a superar.

Nesse momento introduz-se uma questão perturbadora, embora óbvia. Se a tese de Skinner é falsa, então não há razão para que ele tivesse escrito seu livro ou para que nós o leiamos. Mas se sua tese é verdadeira, também não há razão para que ele tivesse escrito seu livro ou para que nós o leiamos. Pois a única razão seria modificar o comportamento, e o comportamento, de acordo com a tese, é inteiramente controlado pelo arranjo dos reforços. Por isso, a leitura do livro só pode modificar o comportamento se isto for um reforço, isto é, se a leitura do livro aumentar a probabilidade de que o comportamento que levou à leitura do livro (admitindo um estado apropriado de privação). Neste ponto, parece que estamos reduzidos a uma algaravia incoerente.

Como contra-argumento poder-se-ia afirmar que mesmo que a tese seja falsa, ainda assim há uma razão para se escrever o livro, uma vez que certas teses falsas são ilustrativas e provocativas. Mas dificilmente se pode recorrer a esta saída. Nesse caso, a tese é elementar e sem muito interesse em si mesma. Seu único valor reside em sua possível verdade. Mas se a tese é verdadeira, então ler ou escrever o livro pareceria uma imensa perda de tempo, pois isto não reforça qualquer comportamento.

Skinner certamente argumentaria que ler o livro, ou talvez o próprio livro, é um "reforço" em algum outro sentido. Ele quer que sejamos persuadidos pelo livro, e sem surpresa nossa, ele refere-se à persuasão como uma forma de controle do comportamento, embora se trate de uma forma fraca e ineficaz. Skinner espera nos persuadir a fornecer mais campo de ação para os tecnólogos do comportamento e, aparentemente, acredita que a leitura desse livro aumentará a proba-

bilidade de que nos comportemos de forma a permitir-lhes maior alcance (liberdade?). Assim, ler o livro, poderia ele alegar, reforça este comportamento. Modificará nosso comportamento face à "ciência do comportamento" (p.24).

Deixemos de lado o problema, insuperável em seus termos, de especificar a noção "comportamento que fornece maior campo de ação aos tecnólogos do comportamento" e consideremos a alegação de que a leitura do livro pode reforçar esse comportamento. Infelizmente, a alegação é claramente falsa se usarmos o termo "reforço" com um sentido que lembre seu significado técnico. Relembremo-nos que ler o livro reforça o comportamento desejado apenas se ele for uma consequência do comportamento; e obviamente por nosso destino nas mãos dos tecnólogos do comportamento não é um comportamento que leve (e que portanto possa ser reforçado) a ler o livro de Skinner. Portanto, a alegação só pode ser verdadeira se privarmos o termo "reforço" de seu significado técnico. Combinando essas observações, vemos que não há razão para que se leia o livro ou para que Skinner o tenha escrito, a não ser que a tese do livro seja divorciada da "ciência do comportamento" sobre a qual ela pretende repousar.

Consideremos um pouco mais a questão da "persuasão". De acordo com Skinner nós persuadimos ("modificamos mentes") "pela manipulação das contingências ambientais", especificamente "indicando estímulos associados com consequências positivas" e "tornando uma situação mais favorável à ação, como por exemplo, descrevendo consequências reforçadoras prováveis" (pp.91-3). Mesmo deixando de lado o fato de que a persuasão, assim caracterizada, é uma forma de controle (uma variedade de "reforço") desconhecida para a ciência de Skinner, seu argumento não é de forma alguma melhorado. Suponhamos que Skinner alegasse que seu livro pode nos persuadir apontando as consequências positivas da tecnologia do comportamento. Mas isto não ocorrerá. Não basta para ele apontar tais consequências (por exemplo, descrever cenas de pessoas felizes); é preciso também que ele nos mostre que elas são efetivamente uma *consequência* do comportamento recomendado. Para nos persuadir, ele precisa estabelecer uma conexão entre o comportamento recomendado e a agradável situação que ele descreve. A questão é colocada pelo uso do termo "consequência" (10). Não basta apenas reunir uma descrição do comportamento desejado e uma descrição do estado "reforçador" de coisas, "(desprezando novamente o fato de que nem mesmo essas noções podem ser expressas nos termos de Skinner). Fosse

(10) Como aponta Koestler, em observação feita às citações de Skinner, o tipo de estudo deste resulta em um mendigar por problemas em uma escala heróica" (pag. 165). Não resolveria responder, como faz Skinner, afirmando que isto é "um xingamento" e um sinal de instabilidade emocional. Antes seria necessário mostrar que esta não é a verdade literal e óbvia (como de fato é).

isso suficiente para "persuadir" e nós poderíamos "persuadir" alguém do contrário, simplesmente reunindo uma descrição de um estado de coisas desagradáveis e uma descrição do comportamento que Skinner espera produzir.

Se a persuasão fosse simplesmente uma questão de apontar os estímulos reforçadores, então qualquer argumento persuasivo reteria sua força se seus passos fossem casualmente intercambiados ou se alguns de seus passos fossem substituídos por descrições arbitrárias de estímulos reforçadores. E o argumento perderia sua força se as descrições de circunstâncias não desejáveis fossem casualmente introduzidas. É claro que isso é um absurdo. Para que um argumento seja persuasivo, ao menos para uma pessoa racional, ele deve ser coerente; suas conclusões devem seguir-se de suas premissas. Mas estas noções estão totalmente fora do alcance do quadro de referências de Skinner. Quando ele afirma que ao "derivar novas razões a partir das antigas, o processo de dedução 'apenas' depende de uma história verbal muito mais longa" (p.96), ele está apelando para o absurdo de forma patética. Nem Skinner, nem qualquer outra pessoa, apresentou a mais pálida prova de que "o processo de dedução" "possa ser caracterizado em seus termos com base na história verbal", por longa que seja. Uma aproximação que não é capaz nem sequer de formular apropriadamente, e muito menos solucionar, o problema do por que da inteligibilidade de novas expressões, mas não digamos, uma permutação de seus elementos componentes, (ver acima p.5 deste artigo), não pode nem sequer começar a considerar as noções de "argumento coerente" ou "processo de dedução".

Consideremos a afirmação de Skinner de que "nós experimentamos e trocamos comportamentos verbais, não opiniões" (Assim revela uma análise behaviorista (p. 195). Tomando literalmente, isto significa que se, sob uma ameaça plausível de tortura, eu forço alguém a dizer, repetidamente, que a Terra não se move, então eu alterei sua opinião. São desnecessários quaisquer comentários e percebemos de imediato o significado da "análise de comportamento" que leva a essa conclusão.

Skinner afirma que a persuasão é um meio fraco de controle e diz também que "alterar as mentes é tolerado pelos defensores da liberdade e da dignidade porque se trata de um meio ineficaz de mudança do comportamento e aquele que altera as mentes pode por isso escapar da acusação de que ele controla as pessoas" (p. 97). Suponhamos que seu médico lhe dê uma descrição clara e poderosa de como você virá a morrer de câncer de pulmão se continuar a fumar. É necessariamente o caso de que este argumento será menos eficaz na modificação de seu comportamento do que qualquer arranjo de reforços reais? De fato, ser a persuasão eficaz ou não depende do conteúdo do argumentos (para uma pessoa racional), um fator que Skinner não pode começar a descrever. O problema se torna ainda mais grave se considerarmos outras formas de "mu-

dança de mentes". Suponhamos que uma descrição de um ataque de "napalm" sobre uma aldeia vietnamita levasse alguém, no auditório americano, a praticar um ato de sabotagem. Neste caso, o estímulo efetivo não é um reforço e o modo de mudar o comportamento pode ser muito eficaz e o ato que é praticado (o comportamento "reforçado") é inteiramente novo (não pertence ao repertório) e pode nem sequer ter sido sugerido no "estímulo" que induziu à mudança de comportamento. Em qualquer aspecto possível, a descrição de Skinner seria então simplesmente incoerente.

Desde suas conferências "William James", em 1947, (11) Skinner tem lutado com estes e outros problemas correlatos. Os resultados são nulos. Continua impossível para Skinner formular as noções revelantes em seus termos, e menos ainda investigá-las. Mais do que isso, nenhuma hipótese científica não trivial com provas de apoio jamais foi produzida para consubstanciar as declarações extravagantes que ele tanto aprecia (12). Ainda mais, este registro

(11) Ver seu "Verbal Behavior" que incorpora e amplia essas conferências.

(12) Ao resenhar o "Verbal Behavior" de Skinner (*Language*, vol. 35, nº 1, (1959), pag. 26-58), eu afirmei que parecia haver só um resultado, a saber, relativo à modificação do comportamento do falante (digamos a produção de substantivos plurais) por "reforço" por meio de expressões tais como "certo" e "bom", sem consciência da parte do falante. O resultado é de interesse apenas secundário, uma vez que, evidentemente, o comportamento do falante nesses aspectos poderia ser modificado de forma muito mais eficaz por uma simples instrução, fato este que não pode ser incorporado ao sistema skinneriano, se este for interpretado de forma estrita. É claro que, se o sujeito está consciente do que o experimentador está fazendo, o resultado não tem nenhum interesse. Ocorre que este pode muito bem ser o caso. Veja-se D. Dulany, "Awareness, Rules and Propositional Control: a Confrontation with S-R Behavior Theory", em Theodore Dixon e David Horton, eds, *Verbal Behavior and general Behavior Theory*. Parece, portanto, que não foram obtidos resultados claramente incomuns no estudo da fala humana normal pela aplicação do modelo de condicionamento operante. Leitura interessante, relacionada com este problema, é a obra de MacCorquodale. "On Chomsky Review of Skinner". Não posso aqui corrigir os vários erros (tais como a má compreensão da noção de função) que levou a inúmeras confusões). A maior confusão do artigo é a seguinte: MacCorquodale admite que eu estava tentando destruir as teses de Skinner e afirma que eu não apresentei nenhum dado contra elas. Mas, meu objetivo era muito mais o de demonstrar que quando as afirmações de Skinner são tomadas literalmente, elas são falsas (MacCorquodale não discute com precisão nenhum exemplo) ou então vazias (como quando dizemos que a resposta "Mozart" está sob controle de um estímulo sutil), e que muitas de suas afirmações falsas podem ser convertidas em verdades desinteressantes pelo emprego de termos tais como "reforço" com toda a imprecisão de "gosto", "quero", "aprecio", etc. (com uma perda de precisão na transição, é claro porquanto uma terminologia rica e detalhada é substituída por alguns termos que estão

de malogro era previsível desde o começo, a partir de uma análise dos problemas e dos significados propostos para lidar com eles. É preciso acentuar que o "comportamento verbal" é o único aspecto do comportamento humano que Skinner pretendeu analisar em detalhes. A seu crédito diga-se que, ele reconheceu muito cedo que só por meio de uma análise bem sucedida da linguagem poderia ele esperar chegar a bom termo no caso do comportamento humano. Comparando os resultados que foram alcançados nesses 25 anos com as alegações que ainda são feitas nós podemos ter uma boa visão da natureza da ciência do comportamento de Skinner. Minha impressão é a de que, de fato, as afirmações estão se tornando mais extremadas e estridentes à medida em que a falta de habilidade em fundamentá-las e à medida em que as razões desse insucesso se tornam mais óbvias.

Não é necessário prosseguirmos com este aspecto. Evidentemente Skinner não tem meios para lidar com os fatores que estão envolvidos no processo mediante o qual se persuade alguém a mudar de idéia. A tentativa de invocar um "reforço" leva apenas à incoerência ou à pretensão. O ponto é crucial. A discussão de Skinner acerca da persuasão e da mudança de mentalidade é um dos poucos casos em que ele tenta chegar a bons termos com aquilo que ele chama de "literatura da liberdade e da dignidade". O libertário, que ele condena, distingue entre persuasão e certas formas de controle. Ele advoga a persuasão e opõe-se a coerção. Em resposta, Skinner alega que a persuasão é em si mesma uma forma (fraca) de controle e que usando métodos fracos de controle nós simplesmente passamos o controle para outras condições ambientais e não para a própria pessoa (pags, 97,99). Assim, afirma Skinner, o advogado da liberdade e da dignidade está se iludindo na crença de que a persuasão deixa a questão da escolha por conta do "homem autônomo", mais ainda, coloca um perigo para a sociedade porque se põe no caminho de formas mais eficazes de controle. Como vimos, todavia, os argumentos de Skinner contra a "literatura da liberdade e da dignidade" não têm força. A persuasão não é absolutamente uma forma de controle, no sentido de Skinner; de fato ele é incapaz de tratar com o conceito em seus termos.

Mas há poucas dúvidas de que a persuasão possa "mudar as mentes" e afetar o comportamento, as vezes de forma até bastante drástica. Uma vez que a persuasão não pode ser coerentemente descrita em termos de arranjo de reforços,

totalmente divorciados do cenário em que eles tinham alguma precisão). Ao não compreender isto, MacCorquodale "defende" Skinner mostrando que, muito frequentemente, é possível dar-se uma interpretação vazia a seus pronunciamentos, o que é exatamente meu ponto de vista. O artigo é útil, desde que sejam eliminados seus erros, ao revelar a falência do estudo do comportamento verbal por meio de um modelo de condicionamento operante.

segue-se que o comportamento não é inteiramente determinado pelas contingências específicas às quais Skinner, arbitrariamente, restringe sua atenção e que a tese principal do livro é falsa. Skinner só pode fugir a essa conclusão afirmando que a persuasão é um assunto de organização de estímulos reforçadores, mas sua afirmação só se mantém se o termo "reforço" é privado de seu uso técnico e usado como um mero substituto para a terminologia detalhada e específica da linguagem comum (da mesma forma a noção de "arranjo ou esquematização de reforço"). Em qualquer caso, "a ciência skinneriana do comportamento" é irrelevante; a tese de seu livro ou é falsa (se a terminologia for usada em seu sentido técnico) ou vazia (em caso contrário). E o argumento contra os libertários entra em colapso total.

Não apenas Skinner não é capaz de sustentar sua afirmação de que a persuasão é uma forma de controle, como também ele não nos fornece uma só partícula de prova em apoio de sua afirmação de que o uso de "métodos fracos de controle" apenas afasta o modo de controle para algum obscuro fator ambiental, não o transferindo para a mente do homem autônomo. É claro que, da tese de que todo comportamento é controlado pelo meio, segue-se que a confiança em meios fracos de controle transfere o controle para outros aspectos do ambiente. Mas a tese, na medida que ela está bastante clara, não tem suporte empírico e pode até mesmo ser bastante vazia como vimos ao discutir a probabilidade de resposta" e a persuasão. Não sobra para Skinner nenhuma crítica coerente da "literatura da liberdade e da dignidade".

O vazio do sistema de Skinner está bem ilustrado no tratamento que ele dá a assuntos mais periféricos. Ele afirma (pag. 112) que a proposição "Você deveria (precisa) ler "David Copperfield", pode ser traduzida por "Você seria reforçado se você lesse "David Copperfield". Mas o que significa isso? Aplicando literalmente a definição de Skinner (ver acima) isto significa que o comportamento que se segue da leitura de "David Copperfield" será mais provavelmente praticado outra vez se você tiver necessidade de ler. Ou talvez, isto signifique que o ato de ler "David Copperfield" será seguido por algum estímulo que aumentará a probabilidade desse ato. Quando digo a alguém que ele deve ler "David Copperfield" então eu estou dizendo algo desse gênero. Suponhamos que eu diga que você deve ler "David Copperfield" porque isto o desiludirá da idéia de que vale a pena ler Dickens ou que então isto lhe mostrará verdadeiramente o que é o enfado. De fato, não importa como tentemos interpretar a sugestão de Skinner, dando ao termo reforço algo próximo de seu sentido literal, nós caímos em confusão.

Provavelmente o que Skinner teve em mente ao usar a frase "você será reforçado se ler 'David Copperfield' " e que gostaria de lê-lo, aprenderá algo útil e será assim "reforçado" Mas isso encerra o jogo. Nós estamos agora usando

“reforço” em um sentido bastante diferente do de paradigma de condicionamento operante. Não teria qualquer sentido tentar aplicar os resultados acerca dos esquemas de reforço, por exemplo, para essa situação. Além do mais, não é de se admirar que possamos explicar o comportamento usando o termo não técnico “reforço” com o significado total de “gostar” ou “apreciar” ou “aprender algo” ou outro qualquer. Da mesma maneira, quando Skinner nos diz que um

passatempo estimulante é “reforçador” (pag. 36), ele não está certamente afirmando que o comportamento que nos leva a nos dedicar a esse passatempo aumentará de probabilidade. Antes, ele quer dizer que apreciamos o passatempo. Uma interpretação literal de tais observações conduz a uma tagarelice oca e a uma interpretação metafórica que simplesmente substitui um termo por um homônimo de um termo técnico sem qualquer aumento de precisão.

O sistema de tradução de Skinner é facilmente acessível a qualquer um e pode, na verdade, ser empregado sem qualquer conhecimento da teoria do condicionamento operante e de seus resultados e, sem nenhuma informação, além da observação normal, acerca das circunstâncias nas quais o comportamento se dá ou da natureza do próprio comportamento, Reconhecendo esse fato, podemos apreciar o valor da “ciência do comportamento” de Skinner para os fins em pauta e a visão que ela proporciona. Mas é importante ter em mente que este sistema de tradução leva a uma significativa perda de precisão, pela simples razão de que o alcance total dos termos para a descrição e avaliação do comportamento, das atitudes, das opiniões etc., deve ser traduzido para o sistema empobrecido de terminologia que tomamos emprestado do laboratório (e privado de seu significado na transição) (13). Não é portanto surpreendente então, que a tradução Skinneriana geralmente perca o ponto em questão, mesmo com o uso metafórico de termos tais como “reforço”. Assim Skinner afirma que “uma pessoa quer algo se ela age no sentido de obtê-lo quando se apresenta a ocasião” (pag.37). Segue-se que é impossível agir para obter algo, dada a oportunidade, mas não querê-lo — isto é, agir impensadamente ou tendo perdido o senso de dever (podemos, como sempre, reduzir as afirmativas de Skinner a uma trivialidade, dizendo que aquilo que uma pessoa quer é cumprir seu dever etc.). Fica claro no contexto que Skinner quer dizer “se” como se fosse “se e apenas se”. Assim segue-se de sua definição de “quer” que é impossível para uma pessoa querer algo mas não é impossível agir para obter esse algo quando a ocasião se apresenta, digamos por razões de consciência. (Novamente escapamos da triv-

(13) Ver MacCorquodale, “On Chomsky’s Review of Skinner” como um exemplo revelador da completa incapacidade de compreender este ponto.

lidade atribuindo tais razões à "ocasião"). Ora, consideremos a afirmação de que "tendemos a admirar tanto mais um comportamento quanto menos o compreendemos" (pag. 53). Em um sentido forte de "explico", segue-se que nós admiramos virtualmente todo comportamento, uma vez que praticamente nós não podemos explicar nenhum. Em um sentido mais pobre, Skinner está afirmando que se Eichman é incompreensível para nós, mas que compreendemos a luta dos vietnamitas, nós tendemos então a admirar Eichman, mas não a resistência vietnamita

O conteúdo real do sistema de Skinner só pode ser apreciado pelo exame de casos tais como os dos exemplos que se seguem:

"Exceto quando fisicamente contida uma pessoa é menos livre ou digna quando ela está sob ameaça de punição" (pag.60). Assim alguém que se recusa a curvar-se diante de autoridade face a uma pura ameaça perde toda a sua dignidade.

"Lemos livros que nos ajudam a dizer coisas que estávamos prestes a dizer de qualquer forma, mas que não podíamos dizer sem auxílio" e assim "compreendemos o autor" (pag.86). O ponto aqui suposto seria o de que não lemos livros com os quais esperamos não concordar e que por isso não seríamos capaz de compreender o que eles dizem? Se este não for o caso então a afirmação é vazia. Se for, ela é absurda.

As coisas que chamamos "boas" são reforços positivos e as coisas que chamamos más são reforços negativos (pags. 104-107); trabalhamos para obter reforços positivos e evitar os negativos, (pag. 107)(14). Isso explica porque as pessoas, por definição, sempre procuram o bem e evitam o mal. Além disso "O comportamento é chamado bom ou mau", de acordo com a maneira pela qual ele é usualmente reforçado pelos outros. Na medida que Hitler estava sendo reforçado pelos acontecimentos e por aqueles que o rodeavam seu comportamento era bom. Por outro lado, o comportamento de Dietrich Bonhoeffer e Martin Niemöller era, por definição, mau. No relato bíblico, era auto-contraditório procurar 10 homens bons em Sodoma. Relembremo-nos que o estudo do reforço operante, cujas conclusões estamos agora repassando, é "uma ciência dos valores" (pg. 104).

"Uma pessoa age intencionalmente. . . no sentido de que seu comportamento foi reforçado por consequências" (pag.108) — como no caso de uma pessoa que intencionalmente comete suicídio.

(14) Note-se a substituição que Skinner faz na discussão acerca das coisas que sabem bem por juízos de valor acerca de coisas que chamamos boas (pags. 103-105).

O herói que matou um monstro é reforçado pelo elogio "precisamente para induzi-lo a atacar outros monstros" (pag.11) – e assim ele nunca é elogiado em seu leito de morte ou em seu túmulo.

A proposição "Você deve (precisa) dizer a verdade" significa, nessa ciência do valor, "Se voce é reforçado pela aprovação de seus semelhantes voce será reforçado ao dizer a verdade" (pag.112). Em uma subcultura tão cínica que dizer a verdade seja encarado como absurdo e não aprovado, alguém que é reforçado pela aprovação, não deve dizer a verdade. Ou para ser mais preciso, a afirmação "Você precisa dizer a verdade" é falsa. Da mesma forma, não se deve dizer a alguém que ele não deve roubar se for quase certo que ele possa se evadir com o produto do roubo, uma vez que "Você não deve roubar" pode ser traduzido por "Se você tende a escapar à punição evite roubar" (pag.114).

"As invenções e descobertas científicas são improváveis; isto é o que se quer dizer com descoberta e invenção" (pag. 155). Assim arranjando fórmulas matemáticas de alguma forma nova e improvável, eu consigo (por definição) fazer uma descoberta matemática.

Os estímulos atraem a atenção porque eles têm estado associados com coisas importantes e têm figurado em contingências de reforço (pag.187). Assim se um gato de duas cabeças entrasse em uma sala, apenas aqueles para quem os gatos são importantes o perceberiam; os demais não o notariam. Um estímulo inteiramente novo - quer para o indivíduo, quer para a espécie – seria totalmente ignorado.

Uma pessoa pode derivar suas regras de conduta "de uma análise das contingências punitivas"(pag. 69) e uma pessoa pode ser reforçada "pelo fato de que a cultura sobreviverá a ela" (pag. 210). Assim algo imaginado pode ser um "estímulo reforçador". (Tente aplicar a esse exemplo a extravagante discussão dos "reforçadores condicionados" que "usurpam" o efeito reforçador das consequências retardadas (pp. 120-2).

Uma pessoa se "porta corajosamente quando as circunstâncias ambientais a induzem a fazê-lo" (pag. 197). Uma vez que, como foi apontado anteriormente, nós agimos para alcançar reforços positivos, podemos concluir que ninguém age corajosamente quando a punição ou a morte forem consequências prováveis (a menos que a pessoa seja "reforçada" por estímulos com os quais ela deparará após sua morte).

Um jovem que esteja insatisfeito, desencorajado, frustrado, não tem objetivo e assim ele é simplesmente alguém que não é propriamente reforçado. (pág. 146-147). Assim ninguém terá esse sentimentos se puder obter riqueza e os reforços positivos que ela pode comparar.

Note-se que na maioria desses casos, talvez em todos, podemos converter o erro em tautologia confiando na vaguedade da terminologia skinneriana,

usando, por exemplo, "reforço" como um termo de cobertura para tudo aquilo de que se gosta, se quer, se pretende, etc.

Podemos sentir o gosto da força explicativa da teoria de Skinner nesses exemplos típicos: um pianista aprende a tocar uma escala de forma suave porque "escalas tocadas suavemente são reforçadoras" (pag.204). Uma pessoa pode saber o que é lutar por uma causa só após uma longa história durante a qual ela aprendeu a perceber e a conhecer o estado de coisas chamado "luta por uma causa", (pag. 190), etc.

Da mesma forma, podemos perceber o poder da tecnologia do comportamento de Skinner considerando as úteis observações e conselhos que ele oferece: "O comportamento passível de punição pode ser minimizado criando-se circunstâncias nas quais ele tende a não ocorrer" (pag. 64); se uma pessoa é "fortemente reforçada quando ela vê outras pessoas se divertindo . . . ela planejará um ambiente no qual as crianças são felizes" (pag. 150); se a superpopulação, a guerra nuclear, a poluição e o esgotamento de recursos naturais são um problema "nós podemos mudar as práticas para induzir as pessoas a ter menos filhos, gastar menos em armas, deixar de poluir o ambiente e consumir os recursos de forma mais lenta, respectivamente" (pag. 152).

O leitor poderá procurar pensamentos mais profundos do que estes. Ele poderá procurar, mas não os achará.

Neste livro, Skinner alude mais frequentemente ao papel do equipamento genético do que em especulações anteriores acerca do comportamento humano e da sociedade. Poder-se-ia pensar que isto conduziu a alguma modificação em suas conclusões ou então a novas conclusões. Mas isto não ocorre. A razão é que Skinner é tão vago e desinformativo acerca do equipamento genético quanto ele o é acerca do controle por contingências de reforço. Infelizmente, $0 + 0 = 0$.

De acordo com Skinner, "A facilidade com que se pode inventar explicações mentalistas é talvez a melhor medida da pouca atenção que se deveria prestar a elas" (pag. 160). Podemos transformar isso em uma verdadeira proposição substituindo "mentalista" por "skinneriana". De fato, sempre há uma tradução skinneriana disponível para qualquer descrição do comportamento — sempre podemos dizer que um ato é praticado porque ele é "reforçador" ou "reforçado", ou porque as contingências de reforço modelaram o comportamento dessa maneira. Há uma explicação à mão para qualquer eventualidade e dada a vacuidade do sistema nunca se pode provar que estamos errados.

Mas o comentário de Skinner sobre as "explicações mentalistas" é certamente incorreto, dado o uso que ele faz do termo. Consideremos, por exemplo, as seguintes expressões: (1 - 4)

- (1) os dois homens prometeram às suas mulheres matar um o outro.

- (2) os dois homens persuadiram suas mulheres a matar uma a outra.
- (3) os dois homens prometeram-me matar um o outro.
- (4) os dois homens persuadiram-me a matar um o outro.

Nós compreendemos essas sentenças (mesmo que elas sejam novas em nossa experiência) da seguinte maneira:

- (1) é uma paráfrase próxima de "Cada um dos homens prometeu a sua mulher que mataria o outro "e significa que os homens se matarão um ao outro;
- (2) é uma paráfrase próxima de "Os dois homens persuadiram suas mulheres, cada uma a matar a outra" e significa que as mulheres se matarão uma à outra;
- (3) é uma paráfrase próxima de "Cada um dos dois homens prometeu-me que mataria o outro", mas
- (4) não pode ser parafrazeada em nenhum desses sentidos e de fato não é uma sentença de nosso "repertório".

Pode propor-se uma explicação para esses fatos dentro de uma teoria abstrata da linguagem, uma teoria que Skinner muito legitimamente chamaria de "mentalista". Não é, todavia, fácil inventar uma "explicação mentalista" satisfatória para este e outros fatos correlatos (15), isto é, um sistema de princípios gerais que explicasse estes fatos e que não fosse refutado por outros. Construir uma teoria dos "estados internos" (mentais) não é tarefa fácil, ao contrário do que acredita Skinner; embora também nesse caso uma explicação skinneriana que empregue as noções místicas de "similar" e "generalização" possa também ser inventada imediatamente, não importa quais sejam os fatos. A falha de Skinner em compreender estes resultados decorre de sua falta de vontade de tentar contruir teorias explicativas que tenham conteúdo empírico no domínio do pensamento e da ação humanos. Por causa dessa resistência não há também um progresso discernível — as formulações contemporâneas nesse

(15) Uma saída seria negar que estes são fatos. Esta é a abordagem de Patrick Suppes em observações citadas por MacCorquodale. Suppes refere-se a muitos livros que contêm uma variedade de fatos tais como estes e explora o problema de descrevê-los por uma teoria explicativa, e ele afirma simplesmente que esses livros não contêm dados. Aparentemente, Suppes nos quer fazer acreditar que esses fatos tornam-se "dados", apenas quando alguém conduz um experimento no qual ele "prova" que os fatos são aquilo que sabemos que eles são, em um momento de pensamento. É claro que seria um assunto franco planejar tais experimentos (ajustando-os, da forma típica desse trabalho experimental, até que eles fornecessem os resultados que nós, antecipadamente, conhecessemos como sendo os resultados corretos) desde que houvesse alguém disposto a perder seu tempo desta maneira. Então os livros conteriam "dados" no sentido de Suppes.

domínio em pouco diferem das de 50 anos atrás — e nenhuma refutação convincente, para aqueles que não se perturbam com o fato de que as explicações podem ser inventadas no momento, quaisquer que sejam os fatos, dentro de um sistema que não tem substância.

IV

Até agora estivemos considerando o estatuto científico das declarações de Skinner. Voltemo-nos agora para a questão do “planejamento de uma cultura”. Os princípios da “ciência” de Skinner nada nos dizem acerca do planejamento de uma cultura (uma vez que eles virtualmente não nos dizem nada), mas isto não quer dizer que Skinner nos deixe completamente no escuro no tocante ao que ele tem em mente. Ele acredita que o “controle da população como um todo deve ser delegado a especialistas — polícia, sacerdotes, proprietários, professores, terapeutas, etc., com seus reforços especializados e suas contingências codificadas”. (pag. 155). O controlador e o planejador de uma cultura devem ser membros do grupo que é controlado (pag. 172). Quando a tecnologia do comportamento é “aplicada ao planejamento de uma cultura, a sobrevivência da cultura funciona como um valor”. Se nossa cultura “continuar a buscar liberdade e dignidade ao invés de sua própria sobrevivência, como seu principal valor, então é possível que alguma outra cultura venha a dar uma maior contribuição ao futuro”. A recusa em exercer controles disponíveis pode vir a ser “uma mutação cultural letal”. “A vida, a liberdade e a procura da felicidade são direitos básicos . . . (mas) elas possuem apenas uma importância menor na sobrevivência de uma cultura” (pag. 180-183); alguém poderia então perguntar que importância elas têm para o tecnólogo do comportamento que considera a sobrevivência da cultura como um valor. Esta e outras observações similares, para as quais nos voltamos diretamente, podem ser aquilo que levou alguns leitores a suspeitarem que Skinner está advogando uma forma de controle totalitário.

Não há dúvida de que em suas recomendações específicas, por vagas que elas sejam, Skinner consegue diferenciar sua posição daquela que é assumida pela “literatura da liberdade”. Skinner afirma que esta “menosprezou . . . o controle que não tem consequências aversivas em tempo algum” (pag.41) e encorajou a oposição a toda forma de controle, enquanto ele está propondo um uso muito mais extensivo dos controles que não têm consequências aversivas. A forma mais óbvia de controle desse tipo benigno são os salários diferenciados. É claro que seria incorreto dizer que a “literatura da liberdade” menosprezou tais controles. Desde a revolução industrial, tem havido muita preocupação com os problemas da “escravidão salarial” e as formas “benignas” de controle que se

apoiam mais em privações e recompensas do que em punição direta. Esta preocupação distingue claramente a literatura da liberdade dos conceitos sociais de Skinner. Ora, consideremos a liberdade de palavra. A proposta de Skinner sugere que o controle da fala pela punição direta deve ser evitado, mas que é muito apropriado que a fala seja controlada por meio da restrição dos bons empregos para as pessoas que digam o que for aprovado pelo planejador da cultura. De acordo com as idéias de Skinner, não haveria violação da liberdade acadêmica se as promoções só fossem concedidas aqueles que se conformam, em suas falas e escritos, às regras da cultura, embora fosse errado ir além e punir aqueles que se desviam e dizem aquilo que consideram como sendo a verdade. Tais inconformistas permaneceriam simplesmente em um estado de privação. De fato, dando às pessoas regras estritas para seguir, de forma que elas saibam o que dizer para serem "reforçadas" pela promoção, nós estaremos "tornando o mundo mais seguro" e assim atingindo os fins da tecnologia do comportamento (pag.74, 81). A literatura da liberdade rejeitaria e detestaria, e com muita razão, tais controles.

De fato, não há nada na teorização de Skinner que seja incompatível com um estado policial no qual leis rígidas são impostas por pessoas as quais estão, por sua vez, submetidas a elas e a ameaça de uma terrível punição está suspensa sobre todos. Skinner argumenta que o alvo da tecnologia do comportamento é o de "planejar um mundo no qual o comportamento que tende a ser punido nunca ou quase nunca ocorra" — um mundo de "bondade automática" (pag.66). A "verdadeira questão" ele explica é a eficácia das técnicas de controle "que tornarão o mundo mais seguro". Tornamos o mundo mais seguro "para as crianças", os psicopatas e os retardados" organizando as coisas de forma tal que o comportamento punível raramente ocorre. Se apenas todas as pessoas pudessem ser tratadas dessa maneira "muito tempo e energia poupados" (pag. 66-74). Skinner chega mesmo a oferecer, talvez não intencionalmente, algumas indicações de como esse benigno ambiente pode ser realizado:

"Um estado que converte todos os seus cidadãos em espões ou uma religião que promove o conceito de um Deus que tudo vê torna a fuga da punição praticamente impossível e as contingências punitivas são então inteiramente eficazes. As pessoas agem bem, embora não haja supervisão visível" (pag. 67-68).

Em outra parte, aprendemos que "é claro" que a liberdade "cresce na medida que o controle se desvanece" (pag.70). Assim sendo, a situação que acabamos de descrever é de máxima liberdade, uma vez que não há controle visível; pela mesma razão, é uma situação de máxima dignidade. Além disso, considerando que "nossa tarefa" consiste simplesmente em "tornar a vida menos punitiva" (pag.81), a situação que acabamos de descrever pareceria

ideal. Desde que as pessoas ajam bem, a vida será minimamente punida. Desta maneira, podemos progredir "em direção a um ambiente no qual os homens são automaticamente bons" (pag. 73).

Ampliando esses pensamentos, consideremos um campo de concentração bem administrado com naturais do lugar se espionando e as camaras de gás fumegando ao longe e talvez uma sugestão verbal ocasional como um lembrete do significado deste reforçador. Parecer-se-ia quase com um mundo perfeito. Skinner afirma que um estado totalitário é moralmente errado por causa de suas consequências aversivas postergadas (pag.174). Mas nesta deliciosa cultura que acabamos de planejar, não haveria consequências aversivas, imediatas ou adiadas. O comportamento não desejado seria eliminado desde o começo pela ameaça do crematório e pelos espões que tudo vêem. Assim todo comportamento seria automaticamente "bom", como se requer. Não haveria punição. Todos seriam reforçados — diferencialmente, é claro, de acordo com sua habilidade por obedecer às regras. Dentro do esquema de Skinner, não há objeção a esta ordem social. Pelo contrário, ela parece próxima do ideal. Talvez pudéssemos melhorá-la ainda mais observando que "a libertação da ameaça se torna mais reforçadora quanto maior for a ameaça" (como o escalar de uma montanha; p.111). Podemos, então, intensificar o reforço total e melhorar a cultura planejando uma ameaça ainda mais intensa que poderia ser apresentada, por exemplo, por gritos ocasionais ou pela projeção de quadros de horríveis torturas enquanto descrevemos o crematório a nossos concidadãos. A cultura poderia sobreviver talvez por mil anos.

Embora as recomendações de Skinner possam ser lidas desta forma, todavia seria impróprio concluir que Skinner está advogando campos de concentração e regras totalitárias (embora ele não ofereça objeção). Tal conclusão despreza uma propriedade fundamental da ciência de Skinner, a saber sua vacuidade. Embora Skinner pareça acreditar que "a sobrevivência da cultura" seja um valor importante para o tecnólogo do comportamento, ele falha ao considerar as questões que surgem imediatamente. Quando a cultura muda, ela terá sobrevivido ou mudado? Suponhamos que ela mude de forma a ampliar aqueles direitos básicos do indivíduo que Skinner pessoalmente encara como ultrapassados (pag.180-183). Isto é sobrevivência ou morte? Queremos nós que o Reich de mil anos sobreviva? Por que não, se a sobrevivência da cultura funciona com um valor para o tecnólogo do comportamento? Suponhamos que de fato as pessoas sejam "reforçadas" (isto é, prefiram) pela redução tanto das sanções como do reforço diferenciado. Planejamos então a cultura de forma a que ela leve a esse resultados diminuindo assim os controles efetivos ao invés de ampliá-los, como insiste Skinner? Suponhamos que os homens sejam construídos de forma tal que eles desejem a oportunidade para, livremente, empreenderem um trabalho

produtivo. Suponhamos que eles queiram libertar-se da intromissão dos tecnocratas e dos comissários, dos banqueiros e magnatas, de atacantes loucos que se engajam em testes psicológicos de vontade com camponeses que defendem seus lares, cientistas do comportamento que não sabem distinguir um pombo de um poeta, ou de qualquer outra pessoa que deseje excluir a liberdade e a dignidade de existência ou fazer com que elas sejam esquecidas. "Planejaremos então nossa cultura" para obter esses fins (os quais podem, é claro, receber uma tradução skinneriana apropriada)? Não há resposta para nenhuma dessas questões na ciência de Skinner, apesar de sua declaração de que ela acomoda uma consideração de valores. É por esta razão que sua proposta é tão próxima da de um anarquista quanto da de um nazista, como já havíamos notado. (16).

O tratamento que Skinner dá às noções de "lazer e trabalho" fornece uma interessante visão do sistema behaviorista de crenças (na medida que uma doutrina identificável ainda existe—ver p. 325). Relembremos sua afirmação de que o nível de atividade de um organismo depende de sua "história ambiental de reforço" e que "um organismo oscilará entre uma vigorosa atividade e uma completa quietude dependendo dos esquemas segundo os quais ele foi reforçado" (pag. 186). O enfraquecimento dos controles poderá então induzir à passividade ou a um comportamento causal, particularmente sob condições de abundância (baixa privação). As pessoas "estão ociosas", nota Skinner, "se elas têm pouco que fazer", por exemplo, "as pessoas que têm força suficiente para obrigar ou para induzir os outros a trabalharem para elas", as crianças, os retardados e doentes mentais, os membros das sociedades ricas, etc. Tais pessoas "surtem como sendo capazes de 'agir como lhes agrada' ". Este, continua Skinner "é o alvo natural do libertário" (pags. 177-801). Mas, o lazer "é uma condição para a qual a espécie humana foi mal preparada" e portanto uma condição perigosa.

Evidentemente, deve distinguir-se entre não ter nada para fazer e ser capaz de fazer o que nos agrada. Os dois estados pressupõem falta de compulsão, mas ser capaz de fazer o que nos agrada requer também a disponibilidade de oportunidades. Sob as admissões de Skinner é difícil distinguir de forma apropriada entre ser capaz de fazer o que se gosta e não ter nada para fazer, uma vez que não há razão para se esperar que uma pessoa aproveite a oportunidade de trabalhar sem privação ou reforço. Assim não é surpreendente que Skinner resvale facilmente da definição de "lazer" como o estado em que as pessoas parecem capazes de fazer o que lhes agrada, para a afirmação de que o lazer (isto é, não ter nada para fazer) é uma condição perigosa, como no caso de um leão enjaulado ou uma pessoa rotineira.

(16) Os pensadores liberais têm sido freqüentemente "ecologistas radicais" erradamente a meu ver, por razões que eu discuto athers (ver meu "Problemas of Knowledge and Freedom").

Ser capaz de fazer o que nos agrada é um dos alvos do libertário, mas não ter nada que fazer não é. Enquanto seria correto dizer que a espécie humana está mal preparada para não fazer nada, é diferente dizer que ela está mal preparada para a liberdade de fazer o que lhe agrada. As pessoas que podem fazer o que lhes agrada, podem trabalhar arduamente, desde que tenham a oportunidade de fazer um trabalho interessante. Da mesma forma, uma criança 'ociosa', no sentido de Skinner, pode não precisar de "reforço" para despendar energia em atividades criativas, mas pode avidamente explorar as oportunidades para tanto. O uso impreciso do termo "lazer" que Skinner faz, embora compreensível sob seus princípios, obscurece todavia a diferença fundamental entre liberdade em fazer o que se quer (para Skinner, a aparência de tal situação, porquanto na verdade ele não acredita que exista tal coisa) e nada ter para fazer, como em uma instituição ou na riqueza, quando não há trabalho interessante disponível. As observações de Skinner transmitem assim a impressão de que poderia ser perigoso, talvez outra "mutação cultural letal", criar arranjos sociais nos quais as pessoas tenham a liberdade de escolher seu trabalho e absorverem-se em uma atividade satisfatória. Um comentário posterior de que as "condições culturais específicas" (não especificadas ulteriormente) são necessárias para proporcionar às pessoas o lazer necessário para que elas se engajem em produções artísticas, literárias e científicas" contribui tanto para esclarecer os problemas quanto esta outra observação acerca das "contingências de reforço".

Ao longo da discussão nota-se uma vaga admissão pressuposta de que a menos que sejam proporcionados "reforços" os indivíduos vegetarão. Pode ser que haja uma necessidade intrinsecamente humana de encontrar um trabalho produtivo, de que uma pessoa livre possa, desde que tenha a oportunidade, buscar tal trabalho e dedicar-se a ele com energia, eis uma possibilidade que nunca foi encarada — embora é claro que o sistema vazio de tradução de Skinner nos permitisse dizer que tal trabalho é "reforçador" (e empreendido por esta razão), se é que gostamos de tautologias.

As admissões pressupostas encadeadas nas discussões de Skinner acerca de lazer e liberdade também surgem em trabalhos que, de certa forma, são mais sérios que o seu, ou pelo menos possuem a forma de um argumento e se baseiam em alguma prova. Há no momento uma grande controvérsia em torno de um artigo recente de um psicólogo de Harvard, Richard Herrnstein (17), que pretende mostrar que a sociedade americana está se encaminhando para uma meritocracia hereditária estável, com estratificação social por diferenças inatas e uma correspondente distribuição de "recompensas". O argumento se baseia na hipótese de que as diferenças de habilidades mentais são hereditárias e que

(17) Richard Herrnstein. "IQ". *Atlantic Monthly*, Setembro, 1971.

as pessoas de níveis equivalentes de habilidade mental tendem a se casar entre si e a se reproduzir”(18), de tal forma que haverá uma tendência para uma estratificação a longo prazo pela habilidade mental, a qual segundo Herrnstein se mede pelo QI. Em segundo lugar, Herrnstein argumenta que o “sucesso” requer habilidade mental e que as recompensas sociais “dependem do sucesso”. Este passo no argumento engloba duas admissões: 1º – assim é de fato e 2º – deve ser assim para que a sociedade funcione eficazmente. A conclusão é que há uma tendência para uma meritocracia hereditária com “as posições sociais (que refletem o prestígio e os ganhos) concentrados em grupos com QI mais alto. A tendência se acentuará à medida em que a sociedade se tornar igualitária, isto é, à medida em que as barreiras sociais artificiais forem eliminadas, os defeitos do ambiente prenatal forem superados (por exemplo, de caráter nutritivo) de forma que a habilidade natural possa representar um papel mais direto na obtenção da recompensa social. Por isso, enquanto a sociedade se torna mais igualitária, as recompensas sociais concentrar-se-ão em uma elite meritocrática hereditária.

Herrnstein foi denunciado como um racista por este argumento, numa conclusão que não me parece autorizada. Há, todavia, um elemento ideoló-

(18) Ele não menciona especificamente esta afirmação, mas ela é necessária para seu argumento. Não discutirei aqui duas questões de fato centrais para o argumento de Herrnstein: a hereditariedade do QI e a significância do QI como um fator na determinação da recompensa econômica. Acerca do primeiro, ver Christopher Jenks et al., *Inequality*, Apêndice A: esta extensa análise sugere que Herrnstein aceita uma estimativa da hereditariedade que é muito elevada. Sobre o QI como um fator na determinação da “recompensa social”, Herrnstein não apresenta qualquer prova séria a favor de sua afirmação de que o QI é um fator principal, mas a questão tem sido pouco investigada por outros (ver Jenks et al. e Samuel Bowles e Herbert Gintis, “I.Q. in the U.S. Class Structure”, (mimeografado, Universidade de Harvard, julho, 1972). Bowles e Gintis concluem que o Q.I., a classe social e a educação “contribuem independentemente para o sucesso econômico, mas que o QI é, de longe, o menos importante”; “uma perfeita equalização do QI entre as classes sociais reduziria a transmissão intergerativa do status econômico de forma negligenciável”. Jenks et al fornecem como sua “melhor estimativa” que há “em torno de 3% menos de desigualdade de rendimento em subpopulações geneticamente homogêneas que na população americana total” (pag. 221). Em suma, as investigações empíricas indicam que o QI é um fator menor na determinação da renda e que o componente genético do QI é um fator negligenciável. Portanto, nada há em apoio à crença de Herrnstein de que em uma sociedade como a nossa, um componente genético do QI produzirá uma “meritocracia” estável e hereditária. Estas observações são suficientes para descartar a discussão, aliás bastante descuidada, de Herrnstein. Mas minha preocupação aqui não se refere a sua inadequação empírica e sim a seus pressupostos ideológicos, particularmente a questão relativa ao porque do grande interesse por um trabalho tão carente de substância.

gico em seu argumento que é absolutamente crítico para ele. Consideremos o segundo passo, isto é, aquele que alega que o QI é um fator para a obtenção de recompensas e que assim deve ser para que a sociedade funcione eficazmente. Herrnstein reconhece que seu argumento entraria em colapso se, de fato, a sociedade pudesse ser organizada de acordo com o lema socialista "De cada um de acordo com suas possibilidades, a cada um de acordo com suas necessidades". Este argumento não se aplicaria a uma sociedade na qual "o rendimento (econômico, social e político) não fosse afetado pelo sucesso". Realmente, Herrnstein malogra ao mostrar que seu argumento não apenas requer a admissão de que o sucesso deva ser recompensado, mas também que ele dever ser recompensado de formas muito específicas. Se os indivíduos bem sucedidos só forem recompensados com prestígio, então nenhuma conclusão importante seguir-se-á. Seguir-se-ia apenas (dadas por certas suas outras afirmações) que os filhos de pessoas respeitadas por suas realizações seriam mais provavelmente respeitados por seus próprios feitos, resultado inócua, ainda que verdadeiro. Pode ocorrer que o filho de dois nadadores campeões olímpicos tenha uma probabilidade superior à média de alcançar o mesmo resultado (e a ser aclamado por isto) mas nenhuma consequência social terrível seguir-se-á desta hipótese.

Embora o ponto em questão seja óbvio, ele tem sido mal compreendido (por Herrnstein em particular) e por isso merece um comentário adicional. Admitamos, com Herrnstein, que a habilidade "se expressa em trabalho apenas pelo lucro" e que essa habilidade seja parcialmente hereditária. Consideremos um casal de pais com uma habilidade superior à média e que atinge assim um incremento R de recompensa acima da média. Por hipótese, seu filho tende a possuir uma habilidade acima da média, embora menor que a dos pais, por causa da regressão para a média, como observa Herrnstein. Assim, espera-se que a criança atinja, em virtude de sua própria habilidade, um incremento R' de recompensa acima da média, onde R' é menor que R . Suponhamos que a recompensa seja a riqueza. Então o incremento total da criança, dadas as características dessa recompensa em nossa sociedade, será $R' + R_1 + R_2 + R_3$ onde R_1 é a parte de R transmitida à criança, R_2 é o incremento resultante do fato de R_1 , em si mesmo, gerar riqueza adicional e R_3 é o incremento atingido pela criança além de R' em virtude das vantagens iniciais a ela garantidas por R_1 . Em nossa sociedade, R_1 , R_2 , R_3 são substanciais e, é claro, cumulativos ao longo das gerações. Assim, se a recompensa social é a riqueza, pode haver, de fato, uma tendência significativa para que a recompensa se concentre em linhas familiares ao longo do tempo. Se, por outro lado, a recompensa social e seus efeitos não são transmissíveis, então o incremento total da criança é R' , em geral menor que R ; não há nada correspondente ao incremento substancial e cumulativo $R_1 + R_2 + R_3$. Assim se o prestígio e a aclamação são suficientes como

recompensa social motivadora, não haverá tendência significativa para que as recompensas se concentrem em um "meritocracia hereditária" como prevê Herrnstein e sua "mais perturbadora" conclusão se desvança. Quaisquer que sejam as leves tendências que possam existir nessa direção, elas são bastante diminuídas pelo fato de que o equilíbrio do tipo de habilidade que traz "recompensa" é, no máximo, um fator parcial na seleção de um companheiro. Finalmente, qualquer que seja a tendência que possa haver para que o prestígio persista ao longo de uma linha familiar, este fato não possui nenhum dos efeitos sociais em larga escala acarretados pela concentração de riquezas.

Além disso, o prestígio e a aclamação diferem da riqueza, pois ao garantir mais "recompensa" a um indivíduo, não se está privando os demais. Ainda que se aceite a afirmação de Herrnstein de que o indivíduo só trabalha pelo ganho, se a recompensa é prestígio, então o desempenho pode geralmente ser garantido concedendo-se prestígio a cada indivíduo na extensão daquilo que ele realiza de acordo com suas habilidades, qualquer que seja sua tarefa. (Observe-se também que não há razão para conceder mais prestígio àqueles que possuem mais habilidades, de tal forma que, ainda de outro ponto de vista, as crenças de Herrnstein acerca da inevitabilidade de uma meritocracia hereditária são sem base, se admitimos que a recompensa seja prestígio ou aclamação). É claro que é concebível que algum indivíduo venha a trabalhar apenas se sua recompensa for não apenas maior do que aquela que ele obteria não trabalhando ou trabalhando pior, mas também maior que o prestígio concedido a outrem por suas realizações. Tal pessoa sentir-se-á também, provavelmente, privada ou punida se outros forem bem sucedidos; por exemplo, se alguém escrever uma novela de sucesso ou fizer uma descoberta científica ou um trabalho de carpintaria muito bom e é respeitado por sua realização. Ao invés de ter prazer com isso, esta infeliz criatura sofrerá. Para essa pessoa, o "prestígio diferencial" será uma fonte de dor ou de prazer e uma condição necessária para a realização de um esforço qualquer. Mas não há razão para supor que esta forma de doença psíquica seja uma característica da raça humana.

É interessante notar que Herrnstein de fato acredita que os homens são assim por natureza e que esta doença é característica deles. Ele argumenta que se o prestígio fosse suficientemente potente para "sustentar o trabalho tanto quanto as recompensas em nossa sociedade, incluindo dinheiro e poder", então a falta de prestígio causaria "tristeza e pena" e a sociedade seria "estratificada por uma competição mortal visando ao prestígio" na "meritocracia hereditária" que ele encara como inevitável. Como já foi notado, ele está errado ao admitir um estratificação a longo prazo, mesmo admitindo seus pressupostos, se a recompensa é prestígio. Quanto a seu outro pressuposto de que os seres humanos requerem "recompensa diferencial" em seu sentido especial, isto

é, não apenas mais prestígio do que aquele que eles receberiam não trabalhando ou trabalhando pior, mas mais do que os outros? Se ela é verdadeira, então podemos antecipar que as pessoas virão a sofrer "privações psíquicas dolorosas", se outros se realizarem e forem respeitados, e elas se verão em uma "competição mortal em prol de prestígio". Embora isto seja certamente imaginável, a afirmação parece ser ainda mais curiosa e implausível do que as outras que Herrnstein faz, as quais examinaremos em seguida. Mas qualquer que seja a condição desta estranha crença acerca da natureza humana deve ficar claro que ela não se relaciona com a conclusão central e "mais perturbadora". Repetindo: se o prestígio e o respeito são suficientes para motivar o trabalho (com base na admissão de Herrnstein de que a habilidade se expressa pelo trabalho só por causa do lucro), não há razão para se esperar uma tendência significativa a longo prazo para uma meritocracia hereditária estável, nem tampouco que tal tendência seja intensificada pela realização dos "objetivos sociais e políticos contemporâneos", nem há qualquer razão para aceitar a extrapolação de Herrnstein de que de qualquer sociedade viável uma "meritocracia hereditária estável surgirá". Nada sobra, em suma, de sua conclusão central "mais perturbadora".

A conclusão que Herrnstein e outros consideram perturbadora é que a riqueza e o poder tenderão a se concentrar em uma meritocracia hereditária. Mas isto se segue apenas se admitirmos que a riqueza e o poder (não apenas o respeito) devem ser as recompensas da realização bem sucedida e que estes (ou seus efeitos) são transmitidos de pais a filhos. A questão é complicada pela falha de Herrnstein em isolar os fatores específicos cruciais de seu argumento e seu uso da expressão "rendimento (econômico, social e político)" para cobrir "recompensas" de todos os tipos, incluindo tanto o respeito quanto a riqueza. Confunde-se ainda mais pelo fato dele continuamente identificar "padrão social" com riqueza. Assim, ele diz que a escala social se afunila em pirâmide, a forma óbvia de recrutar pessoas no topo consiste em "aumentar a riqueza total da sociedade de forma a haver mais lugar no topo" — o que não é verdade, se o "padrão social" for uma questão de aclamação e respeito. (Subestimamos o fato de que mesmo com base nessa admissão tácita, a redistribuição de renda apareceria como sendo uma estratégia igualmente óbvia).

Consideremos agora a afirmação menos ampla, e que é crucial para o seu argumento: a riqueza e o poder transmissíveis resultam em habilidade mental e assim deve ser para que a sociedade funcione eficazmente. Se esta afirmação é falsa e se a sociedade pode ser organizada mais ou menos de acordo com o lema socialista, então não sobra nada do argumento de Herrnstein (exceto que ele se aplicará a uma sociedade competitiva na qual suas outras admissões fáticas funcionem). Mas a afirmação é verdadeira, alega Herrnstein. A razão é que a habilidade "se expressa em trabalho só por causa do lucro" e que as pessoas

“competem por ganho — econômico ou de outro tipo”. As pessoas trabalharão apenas se elas forem recompensadas em termos de “influência política ou social ou liberação de uma ameaça”. Tudo isso é apenas afirmado; nenhuma justificação é proposta. Note-se novamente que o argumento só corrobora a perturbadora conclusão que ele tira, se nós identificarmos o “ganho”, em função do qual as pessoas competem, como poder e riqueza transmissíveis.

Que razão haverá para acreditar na afirmação crucial de que as pessoas só trabalham por lucro (transmissível) em riqueza e poder, de forma tal que a sociedade não possa ser organizada de acordo com o lema socialista? Em uma sociedade decente, todos teriam a oportunidade de encontrar um trabalho interessante e cada pessoa poderia encontrar o mais amplo alcance para seus talentos. Requerer-se-ia ainda mais, particularmente, recompensas extrínsecas sob forma de riqueza e poder? Só se admitirmos que aplicar nossos talentos em um trabalho útil e interessante não é recompensador em si mesmo, que não há satisfação intrínseca em um trabalho criador e produtivo adaptado a nossas habilidades, ou em ajudar os outros, (digamos, nossa família, amigos, sócios ou simplesmente nossos concidadãos). A menos que suponhamos isto, então mesmo aceitando todas as afirmações de Herrnstein, daí não se segue que deva haver qualquer concentração de riqueza ou poder ou influência em uma elite hereditária.

A admissão implícita é, com efeito, a mesma de Skinner. Para que o argumento de Herrnstein tenha qualquer força, devemos admitir que as pessoas trabalham apenas por lucro, e que a satisfação produzida por um trabalho interessante ou socialmente benéfico, ou em um trabalho bem feito ou no respeito que é concedido a tais atividades não é um “lucro” suficiente para induzir quem quer que seja a trabalhar. A admissão é, em suma, que sem uma recompensa material, as pessoas vegetariam. Para esta declaração crucial nada que se pareça com uma prova é oferecido. Mais do que isso, Herrnstein apenas afirma que se os padeiros e os lenhadores “obtivessem os salários mais altos e a maior aprovação social” (19) ao invés daqueles que hoje ocupam o topo da escala social, então “a escala do QI também se inverteria” e os mais talentosos tornar-se-iam lenhadores e padeiros. É claro que isto não é uma prova, mas apenas uma reiteração da alegação de que os indivíduos, necessariamente, trabalham apenas por recompensas extrínsecas. Além disso, é uma alegação bastante implausível. Duvido que o próprio Herrnstein se tornasse um padeiro ou um lenhador se ele pudesse ganhar mais dinheiro dessa forma.

(19) Note-se novamente o malogro de Herrnstein em distinguir remuneração de aprovação social, embora o argumento seja destruído se a única recompensa for a aprovação.

Críticas semelhantes foram feitas ao artigo de Herrnstein, (20) mas em resposta ele só reitera sua crença de que não há como "terminar com a praga da recompensa diferenciada". Asserções repetidas todavia não devem confundir-se com demonstração. Quando Herrnstein afirma em seguida, que a história revela . . . com efeito isto é uma admissão de malôgro. É claro que a história revela concentração de riqueza e poder nas mãos das pessoas aptas em acumulá-las. Mas pensava-se que Herrnstein estava tentando algo mais do que expor um truísmo. Reduzindo seu argumento finalmente a esta afirmativa, Herrnstein implicitamente concede que ele não tem justificativa para a afirmação crucial sobre a qual repousa seu argumento, isto é, a afirmação não comprovada de que as pessoas talentosas devem receber recompensas maiores.

Se examinarmos mais cuidadosamente o que a história e a experiência revelam, verificaremos que quando se permite o livre exercício de uma combinação de rudeza, astúcia, subserviência e as demais qualidades que garantem o "sucesso" nas sociedades competitivas, então aqueles que possuem tais qualidades chegarão ao topo e usarão sua riqueza e poder para preservar e ampliar os privilégios que eles alcançaram. Eles também construirão ideologias para demonstrar que esse resultado é justo. Encontraremos também, contra a doutrina behaviorista e a ideologia capitalista (da variedade não tautológica), que muitas pessoas frequentemente agem não apenas, ou mesmo primariamente, para obter ganhos materiais ou mesmo para obter aplausos. Quanto do argumento (se ele for apresentado) de que a "história revela" a impraticabilidade do "lema socialista" que deve ser rejeitado por Herrnstein para que seu argumento seja válido, devemos atribuir a isso o mesmo valor que ao argumento do século XVIII de que uma democracia capitalista era impossível porque a história assim o mostrava.

Às vezes, deparamos com o argumento de que as pessoas são "ampliadores econômicos", como podemos perceber a partir do fato de que dada a oportunidade, alguns acumulam recompensas e poder material (21). Por uma lógica semelhante, poderíamos provar que as pessoas são criminosos psicopatas, uma vez que dadas as condições sociais sob as quais aqueles que possuem tendências criminosas violentas se vejam livres de qualquer restrição, eles poderão muito bem acumular poder e riqueza enquanto que os não psicopatas sofrerão

(20) *Atlantic Monthly*, Novembro, 1971 - Ver pag. 110 - 1º parágrafo, para sua resposta.

(21) Ver, por exemplo, Harry W. Blair "The green revolution and 'economic man': Some Lessons for Community Development in South Asia", *Pacific Affairs*, vol. 44, nº 3 (1971).

a servidão. Evidentemente, a partir das lições da história nós só podemos chegar a conclusões muito aproximadas no tocante às tendências humanas básicas.

Suponhamos que a afirmação crucial mas não fundamentada de Herrnstein seja falsa. Suponhamos que haja de fato alguma satisfação intrínseca em empregarmos nosso talento em um trabalho criativo e desafiador. Então, poder-se-ia argumentar que isto compensaria até mesmo uma diminuição da recompensa extrínseca; e o "reforço" deveria ser atribuído às tarefas desagradáveis e enfadonhas. Seguir-se-ia então uma concentração de riqueza (e do poder que dela recorre) entre os menos talentosos. Não defendo essa conclusão, apenas observo que ela é mais plausível do que a de Herrnstein no caso de sua admissão fundamental e não provada ser falsa.

A crença de que as pessoas devem ser impelidas ou obrigadas ao trabalho pelo "lucro" é bastante curiosa. É claro que ela é verdadeira se usarmos o vazio esquema skinneriano e falarmos da "qualidade reforçadora" do trabalho útil e interessante; e pode ser verdadeira, embora irrelevante, para a tese de Herrnstein, se o "lucro" visado é apenas respeito e prestígio. A admissão necessária para o argumento de Herrnstein, a saber, de que as pessoas devem ser levadas a trabalhar por meio de uma recompensa sob a forma de riqueza ou poder não deriva, é óbvio, da ciência, nem tampouco parece ser fundamentado na experiência pessoal. Eu suspeito que Herrnstein excluir-se-ia dessa generalização, como já disse antes. Assim, eu não estou convencido de que ele se candidataria a um emprego de lixeiro se este fosse mais bem pago do que o seu atual emprego de professor e pesquisador de psicologia. Ele diria, estou certo, que ele realiza seu trabalho não porque amplia a riqueza (ou o prestígio), mas porque este trabalho é interessante e desafiador e que isto é intrinsecamente recompensador; e não há razão para duvidar de que esta resposta seja correta. A prova estatística, ele nota, sugere que "se seu objetivo é um rendimento muito alto e se você tem um alto QI, não perca seu tempo com uma educação formal além da escola secundária". Assim, se você é um ampliador econômico, não se preocupe com uma educação universitária, tendo um alto QI. Poucas pessoas seguem esse conselho, provavelmente porque elas preferem um trabalho interessante a uma simples recompensa material. A admissão de que as pessoas só trabalham pelo lucro ou poder e riqueza não apenas não é demonstrada, como provavelmente é falsa, a não ser em um estado de extrema privação. Mas este ponto de vista brutal e degradante, comum à ideologia capitalista e à visão behaviorista dos homens (exceto, talvez, no behaviorismo tautológico de Skinner) é fundamental para o argumento de Herrnstein.

Há outros elementos ideológicos na tese de Herrnstein, mais periféricos mas também sem valor. Ele invariavelmente descreve a sociedade que ele vê evoluindo como uma meritocracia, expressando assim um juízo de valor de que

as características que produzem recompensas são um sinal de mérito, isto é, são características positivas. Ele considera especificamente o QI, mas reconhece, é claro, que pode muito bem haver outros fatores na obtenção do "sucesso social". Podemos especular, de forma razoavelmente plausível, que a riqueza e o poder tendem a aumentar nas mãos daqueles que são brutais, astuciosos, avarentos, carentes de simpatia e compaixão, subservientes a autoridade e desejosos de abrir mão de princípios em favor de ganhos materiais, etc. Mais ainda, tais traços podem muito bem ser tão hereditários quanto o QI e mais importantes que este enquanto fatores responsáveis pela obtenção de recompensa material. Tais qualidades podem muito bem ser as mais valiosas em uma guerra de todos contra todos. Se assim for, então a sociedade que daí resultará (aplicando-se o silogismo de Herrnstein) dificilmente poderia ser caracterizado como uma "meritocracia". Ao usar a palavra "meritocracia" Herrnstein incorre em algumas interessantes petições de princípio e revela admissões implícitas acerca de nossa sociedade que estão longe de ser evidentes por si mesmas.

Os professores de escolas de gueto comumente observam que os alunos que são autoconfiantes, imaginativos, enérgicos e pouco desejosos de se submeter à autoridade são freqüentemente encarados como criadores de caso e punidos e, às vezes, até expulsos da escola. A admissão implícita de que em uma sociedade altamente discriminadora, ou em uma em que haja grande desigualdade de riqueza ou poder, o "meritório" será recompensado, é bastante curiosa.

Consideremos a outra admissão de Herrnstein de que de fato as recompensas sociais crescem para aqueles que desempenham serviços benéficos e sociais. Ele afirma que o "gradiente de ocupação" é uma "medida natural do valor e da escassez" e que "ligações entre QI, ocupação e nível social têm um sentido prático". Esta é uma forma de expressar a teoria familiar de que as pessoas são automaticamente reforçadas em uma sociedade justa (e mais ou menos em nossa sociedade) de acordo com sua contribuição para o bem social e com sua produção. A teoria é familiar e também suas falácias. Dadas quantidades desiguais de riqueza, esperamos descobrir que o "gradiente de ocupação" por pagamento é uma medida natural de serviço para riqueza e poder — para aqueles que podem buscar e competir — e só por acidente uma "medida natural de valor". As relações entre QI, ocupação e nível social, que conforme nota Herrnstein, tem um "sentido prático" para aqueles que têm riqueza e poder, mas não necessariamente para a sociedade ou seus membros em geral (22).

(22) Admitir que a sociedade tende a recompensar aqueles que executam um serviço social é sucumbir, essencialmente, à mesma falácia (entre outras) que corrói o argumento de que um mercado livre, em princípio, proporcionaria uma ótima satisfação das necessidades — quando, na verdade, estando a riqueza mal distribuída, o

O ponto é bastante óbvio. A falha de Herrnstein em notá-lo é particularmente surpreendente, considerados os dados sobre os quais ele baseia suas observações acerca da relação entre recompensa social e ocupação. Ele fundamenta esses juízos em uma escala de ocupações que mostra, por exemplo, que contadores, especialistas em relações públicas, auditores e gerentes de venda tendem a ter QIs mais altos (e por isso, afirmaria ele, recebem pagamento mais alto como é necessário para que a sociedade funcione eficazmente) do que músicos, rebitadores, padeiros, lenhadores e carroceiros. Os contadores foram colocados na mais alta posição entre 74 ocupações arroladas, os especialistas em relações públicas em 4º, os músicos em 35º, os rebitadores em 50º, os padeiros em 65º, os motoristas de caminhão em 67º e os lenhadores em 70º. A partir destes dados, Herrnstein conclui que a sociedade está sabiamente "administrando com prudências seus recursos intelectuais (23) e que o gradiente de ocupação é uma medida natural de valor e tem sentido prático. É óbvio que um contador que ajuda uma corporação a diminuir os impostos a pagar está fazendo um trabalho de maior valor social do que o de um músico, um rebitador, um padeiro, etc.? Será um advogado, que ganha 100 mil dólares para manter uma droga perigosa no mercado, mais valioso para a sociedade do que um fazendeiro ou uma enfermeira? Estará um cirurgião que trabalha para os ricos realizando um trabalho de maior valor social do que aquele que exerce sua prática nos cortiços e que pode estar efetuando um trabalho muito mais árduo em troca de uma recompensa extrínseca menor? O gradiente de ocupação que Herrnstein usa para apoiar suas declarações relativas às correlações entre QI e valor social certamente reflete, em parte pelo menos, as exigências de riqueza e poder; uma prova ulterior seria necessária para demonstrar a alegação de Herrnstein de que aqueles que estão no topo da lista estão desempenhando o mais alto serviço para a "sociedade", a qual está sabiamente administrando seus recursos recompensando contadores e relações públicas e engenheiros (por ex. desenhistas de armas) por suas ha-

sistema tende a produzir artigos de luxo para os poucos que podem pagar, ao invés dos artigos necessários para todos aqueles que não possuem recursos.

(23) Herrnstein afirma que "a sociedade está com efeito administrando seus recursos intelectuais atribuindo uma maior valorização aos engenheiros e pagando-os melhor". Mas se ele realmente quer afirmar isso com base nas relações entre QI e padrão social revelados por seus dados, então ele deveria concluir da mesma forma que a sociedade está administrando bem seus recursos intelectuais contratando contadores e especialistas em relações públicas com maiores salários e atribuindo-lhes uma valorização maior. Bastante fora disso, não é tão óbvio quanto ele aparentemente acredita que a sociedade esteja sabiamente administrando seus recursos intelectuais ao empregar muitos de seus cientistas e engenheiros. . .

bilidades especiais. A incapacidade de Herrnstein em ver o que seus dados sugerem de imediato, é outra indicação de sua aceitação acrítica e aparentemente inconsciente da ideologia capitalista em sua forma mais grosseira.

Note-se que se a escala de ocupações por QI está correlacionada com a escala de rendimentos, então os dados que Herrnstein cita podem ser interpretados, em parte, como um indicador de uma tendência infeliz das recompensas materiais tenderem mais a ser dadas às ocupações que servem aos ricos e poderosos e afastada do trabalho daqueles que poderiam ser mais satisfatórios e socialmente úteis. Pelo menos, esta parece ser uma admissão plausível, e é uma admissão que Herrnstein nunca discute, dada sua inquestionável aceitação da ideologia em vigor.

Há, sem dúvida, algum complexo de características que conduz à recompensa social em uma sociedade capitalista. Este complexo pode incluir o QI e possivelmente outros fatores mais importantes, talvez aqueles apontados acima. Na medida que essas características são hereditárias (e um fator na escolha de cônjuges) haverá uma tendência para a estratificação em termos dessas qualidades. Isto é por demais óbvio.

Além disso, pessoas com QI mais alto tenderão a terem mais liberdade na seleção de ocupação. Dependendo de seus outros traços e oportunidades, elas tenderão a escolher trabalhos mais interessantes ou mais bem remunerados, estas categorias não sendo de forma alguma idênticas. Assim sendo, espera-se encontrar alguma correlação entre QI e recompensa material e alguma correlação entre QI e uma escala independente de ocupações por seu interesse intrínseco e pelo desafio intelectual que elas apresentam. Se tivéssemos que escalonar as ocupações de alguma maneira por sua utilidade social, nós provavelmente encontraríamos, no máximo, uma fraca correlação com a remuneração ou com o interesse intrínseco e possivelmente uma correlação negativa. A distribuição desigual de riqueza e poder naturalmente introduzirá uma tendência no sentido de uma maior remuneração para os serviços dos privilegiados, causando assim uma escala de remuneração divergente da escala da utilidade social em muitos casos.

Dos dados e argumentos de Herrnstein não podemos tirar nenhuma conclusão acerca do que ocorreria em uma sociedade justa, a menos que acrescentássemos a admissão de que as pessoas só trabalham pelo ganho material, riqueza e poder e que elas não procuram um trabalho interessante adaptado a suas habilidades — de que elas antes vegetariam do que entregar-se-iam a tal trabalho. Uma vez que Herrnstein não oferece qualquer razão pela qual devamos acreditar em nada disso (e certamente não há razão para que não o façamos), nenhuma de suas conclusões se segue de suas admissões fáticas mesmo que estas sejam corretas. O passo crucial em seu "silogismo", com efeito importa

na declaração de que a ideologia da sociedade capitalista expressa traços universais da natureza humana, e que certas admissões implícitas relacionadas da psicologia behaviorista são corretas. Pode conceber-se que essas admissões não comprovadas são verdadeiras. Mas uma vez reconhecido quão crítico é seu papel nesse argumento e qual o suporte empírico que elas de fato têm, qualquer interesse ulterior nessa proposição desaparece.

Eu admiti até agora que prestígio, respeito, etc. possam ser fatores que levem as pessoas a trabalhar (como está implicado em Herrnstein). Isto não me parece óbvio, embora mesmo que o fosse, as conclusões de Herrnstein não se seguiriam claramente. Em uma sociedade decente, o trabalho desagradável mas socialmente necessário seria dividido de forma igualitária e, além deste, as pessoas teriam como direito inalienável, as mais amplas oportunidades de realizar um trabalho que as interessasse. Elas poderiam ser "reforçadas" pelo auto-respeito, se elas fizessem seu trabalho com o melhor de suas habilidades, ou se seu trabalho beneficiasse aqueles com os quais elas estão ligadas por laço de amizade, simpatia e solidariedade. Tais noções são comumente ridicularizadas — como era comum em um período anterior admitir que um camponês tivesse os mesmos direitos inalienáveis que um nobre. Sempre houve e sempre haverá pessoas que não admitem a possibilidade de que as coisas venham a ser diferentes do que são. Talvez elas estejam certas mas, uma vez mais, espera-se por um argumento racional.

Em uma sociedade decente do tipo descrito acima, — a qual, podemos pensar que se torna cada vez mais realizável por meio do progresso tecnológico — não haverá escassez de cientistas, engenheiros, cirurgiões, artista, artesãos, professores, etc. simplesmente porque tal trabalho é intrinsecamente recompensador. Não há razão para duvidar de que essas pessoas trabalharão tão arduamente quanto aquelas poucas felizardas que podem hoje decidir qual será seu trabalho. É claro que, se as admissões de Herrnstein emprestadas da ideologia capitalista e das crenças behavioristas, são corretas, então as pessoas permanecerão ociosas ao invés de realizar tal trabalho a menos que haja privação e recompensa extrínseca. Mas não nos é oferecida qualquer razão pela qual devemos aceitar esta estranha doutrina.

Movendo-se verticalmente nos bastidores do debate sobre o silogismo de Herrnstein está a questão da raça, embora ele raramente se refira a ela. Seus críticos preocupam-se, e com razão, pelo fato de que esses argumentos certamente serão explorados pelos racistas para justificar discriminações, por mais que o próprio Herrnstein deplora esse fato. Mais ainda, esse argumento será adotado pelos privilegiados para justificar seus privilégios com base na afirmações de que eles foram recompensados por sua habilidade e que tais recompen-

sas são necessárias para que a sociedade funcione adequadamente. A situação lembra a antropologia racista do século XIX.

Marvin Harris observou:

“O Racismo também foi usado como uma justificativa para a existência das hierarquias de casta e de classe; ele foi uma ótima explicação, tanto para os privilégios nacionais, como para os privilégios de classe. Ele ajudou a manter a escravidão e a servidão; ele aplainou o caminho para o saque da África e o massacre dos índios americanos; endureceu os nervos dos capitães de indústria de Manchester quando eles diminuíram os salários, ampliaram a jornada de trabalho e empregaram um número crescente de mulheres e crianças”(24)

Podemos esperar que os argumentos de Herrnstein sejam usados de maneira semelhante e por razões semelhantes. Quando descobrimos que seu argumento não tem força, a menos que adotemos premissas não demonstradas e pouco plausíveis, que, na verdade, incorporam a ideologia dominante, nós naturalmente voltamo-nos para a questão da função social de suas conclusões e perguntamos por que o argumento é levado a sério exatamente como no caso da antropologia racista do século XIX.

Uma vez que a questão é frequentemente obscurecida por polêmicas, talvez valha a pena afirmar outra vez que a questão da validade e do estatuto científico de um ponto de vista particular é logicamente independente da questão de sua função social; cada ponto de vista é um tópico legítimo de investigação e este torna-se particularmente interessante quando o ponto de vista em questão se revela como seriamente deficiente em função de bases lógicas ou empíricas.

A antropologia racista do século XIX era sem dúvida muitas vezes honesta e sincera. Talvez os antropólogos se vissem como investigadores desapaixonados, contribuindo para o progresso da ciência e seguindo os fatos. Concedendo-se isto, podemos no entanto questionar seus juízos, não apenas porque a evidência era pobre e a demonstração falaciosa. Podemos registrar a relativa falta de preocupação no tocante às formas pelas quais essas “investigações científicas” tendiam a ser usadas. Teria sido uma desculpa esfarrapada do antropólogo racista do século XIX alegar, em termos de Herrnstein, que “um comentador neutro . . . teria que dizer simplesmente que o caso não está resolvido” (no tocante à inferioridade racial) e que a “questão fundamental” é saber “se a investigação deve (novamente) ser encerrada por que algumas pessoas pensam que é melhor que a sociedade permaneça ignorante”. O antropólogo racista do século XIX, como qualquer outra pessoa, era responsável pelos efeitos do que ele fazia, na medida que tais efeitos pudessem claramente ser antevistos.

(24) Harris, *Antropological Theory*, p. 106.

Se as conseqüências prováveis de seu "trabalho científico" fossem aquelas previstas por Harris, ele teria a responsabilidade de levar esta probabilidade em consideração. Isto seria verdade mesmo se o trabalho tivesse um real mérito científico— mais ainda, de fato, nesse caso.

Da mesma maneira imaginemos um psicólogo na Alemanha de Hitler que pensasse poder mostrar que os judeus têm uma tendência geneticamente determinada para a usura (assim como os esquilo que coletam nozes em excesso) ou para as conspirações anti-sociais e a dominação etc. Se ele fosse criticado por empreender tais estudos, ele poderia simplesmente responder que "um comentarista neutro . . . deveria dizer que o caso simplesmente não está resolvido" e que a "questão fundamental" consiste em saber se a investigação deve (novamente) ser encerrada porque há quem pense que a sociedade deva permanecer ignorante? Eu creio que não. Pelo contrário, acho que tal resposta seria encarada com uma alegria justificável. No mínimo, ele poderia alegar que enfrenta um conflito de valores. Por um lado, existe a alegada importância científica de se determinar se, de fato, os judeus têm uma tendência geneticamente determinada para a usura e a dominação (sem dúvida, uma questão empírica). De outro, existe a probabilidade de que o simples levantamento desta questão e o encará-la como o objeto de investigação científica proporcionaria munição para Goebbels, Rosenberg e seus carrascos. Se este hipotético psicólogo viesse a desprezar as conseqüências sociais de sua pesquisa (ou o simples fato dele empreendê-la) sob as condições sociais existentes, ele mereceria integralmente a completa desaprovção das pessoas decentes. É claro que a curiosidade científica deve ser encorajada (embora os argumentos falaciosos e a investigação de questões tolas não deva), mas este não é um valor absoluto.

O extravagante louvor prodigamente concedido ao inconsistente argumento de Herrnstein e a incapacidade muito difundida de perceber sua tendência implícita e suas admissões não comprovadas (25) sugere que não estamos simplesmente tratando com uma questão de curiosidade científica. Uma vez que é impossível explicar esta aceitação com base na substância ou força do argumento, é natural perguntar se as conclusões não seriam gratas a tantos comentaristas que eles acabaram por perder suas faculdades críticas e não perceberam que certas admissões cruciais, e não fundamentadas, nada mais são do que uma variante da ideologia predominante. Esta falha é perturbadora — talvez mais ainda do que as conclusões que Herrnstein procura extrair de seu imperfeito silogismo.

Voltando à questão da raça e da inteligência, concedemos um crédito excessivo a um investigador científico dessa questão quando o vemos encará-la

(25) Ver a correspondência no *Atlantic Monthly*, Novembro, 1971.

como um conflito de valores: curiosidade científica X conseqüências sociais. Dada a certeza virtual de que a simples consideração da questão reforçará alguns dos traços mais desprezíveis de nossa sociedade, a seriedade do pressuposto dilema moral depende criticamente da significação científica da questão que ele está escolhendo para investigar. Mesmo se a significação científica fosse imensa, certamente deveríamos questionar a seriedade do dilema, dadas suas conseqüências sociais prováveis. Mas se o interesse científico de alguma descoberta possível é pequeno, então o dilema desaparece.

De fato, parece que a questão da relação, se houver alguma, entre raça e inteligência tem pouca importância científica (assim como não tem qualquer importância social, exceto em um sociedade racista). Uma possível correlação entre QI e cor de pele não tem maior interesse científico do que uma correlação entre dois outros traços arbitrariamente relacionados, como por exemplo, altura e cor de olhos. Os resultados empíricos, quaisquer que eles possam ser, parecem não ter qualquer relevância para qualquer questão de significação científica. No presente estado da compreensão científica, parece que haveria pouco interesse científico na descoberta de que um traço parcialmente hereditário está (ou não) correlacionado com outro traço parcialmente hereditário. Tais questões poderiam ser interessantes se os resultados tivessem algum significado para alguma teoria psicológica ou para hipóteses acerca dos mecanismos fisiológicos envolvidos, mas este não é o caso. Por isso, as investigações parecem ser de interesse científico bastante restrito e o zelo e a intensidade com a qual algumas pessoas as empreendem não podem ser razoavelmente atribuídos a um desejo desapassionado de fazer progredir a ciência. Seria, é claro, loucura declarar em resposta que "a sociedade não deve ser mantida na ignorância". A sociedade está feliz na "ignorância" de questões insignificantes de todo o tipo. E com a melhor das boas vontades, seria difícil evitar que se questione a boa fé daqueles que deploaram o alegado "anti-intelectualismo" dos críticos das investigações cinetificamente triviais e socialmente maliciosas. Pelo contrário, o investigador da raça e da inteligência faria bem em explicar a significação intelectual do tópico que ele está estudando e assim esclarecer-nos quanto ao dilema moral que ele percebe. Se ele não percebe qualquer dilema, a conclusão é óbvia e não haverá discussões ulteriores.

Quanto à importância social, a correlação entre raça e QI médio (quando se revelar tal correlação) não acarreta qualquer conseqüência social, exceto em uma sociedade racista na qual cada indivíduo é colocado em uma categoria racial e encarado não como um indivíduo com seus próprios direitos, mas como um representante dessa categoria. Herrnstein menciona uma possível correlação entre altura e QI. Qual a importância social disso? Nennhuma, é claro, uma vez que nossa sociedade não estabelece discriminação por altura. Nós não insistimos

em situar cada adulto na categoria "abaixo de seis pés de altura" ou "acima de seis pés de altura" quando perguntamos que tipo de educação ele deveria receber, ou onde ele deveria morar ou que tipo de trabalho ele deveria fazer. Pelo contrário, ele é o que é, independentemente do QI médio das pessoas de sua classe de altura. Em uma sociedade não racista a categoria de raça não deveria ter maior significado. O QI médio do indivíduo de uma certa raça é irrelevante para a situação do indivíduo particular, que é o que ele é. Reconhecendo este fato perfeitamente óbvio, não nos resta qualquer justificação plausível para um eventual interesse pela relação existente entre QI médio e raça, além da "justificação" proporcionada pela existência de discriminação racial.

A questão da hereditariedade do QI pode ter alguma importância social face a prática educativa. Todavia, até isto parece duvidoso e gostaríamos de ver uma prova. Incidentalmente, é surpreendente para mim que tantos comentadores achem perturbador que o QI possa ser hereditário, talvez a maioria pense assim (26). Seria também perturbador descobrir que a cultura ou o talento musical ou a classificação na corrida de 100 metros, são também, em parte, geneticamente determinados? Por que teria alguém preconceitos de um ou de outro tipo acerca dessas questões e como as respostas a elas, quaisquer que elas sejam, se relacionam ou com as questões científicas serias (no estado atual de nosso conhecimento) ou com a prática social em uma sociedade decente?

VI

Voltando a Skinner vimos que sua "ciência" nem justifica, nem proporciona qualquer objeção racional contra um estado totalitário ou até mesmo contra um campo de concentração bem administrado. Os libertários e humanistas, que Skinner despreza, se opõem ao totalitarismo por respeito pela liberdade e pela dignidade. Mas, argumenta Skinner, essas noções são apenas o resíduo de crenças místicas tradicionais e devem ser substituídas pelos rigorosos conceitos científicos de uma análise do comportamento. Todavia, não há uma ciência comportamental incorporando proposições que não sejam triviais e empiricamente fundamentadas e que possam ser aplicadas aos assuntos humanos ou

(26) Um anúncio no *Harvard Crimson*, 29/11/71, assinado por muitos membros da Faculdade, refere-se à "perturbadora conclusão" de que a "inteligência" é, em grande parte, genética, de tal forma que por muitos e muitos anos a sociedade pode evoluir em classes distintamente marcadas por níveis diferentes de habilidade. Uma vez que a conclusão não se segue das premissas, como já notamos, pode ocorrer que o que perturbou os signatários foi a "conclusão de que a inteligência é em grande parte genética". Por que isso seria perturbador é algo que permanece absurdo.

que fundamentem uma tecnologia comportamental. É por essa razão que o livro de Skinner não contém qualquer hipótese ou proposta substantiva claramente formulada. Podemos, ao menos, começar a especular coerentemente acerca da aquisição de certos sistemas de conhecimento e de crença com base na experiência e no equipamento genético, e podemos delinear a natureza geral de algum equipamento que possa duplicar aspectos dessa realização. Mas, como uma pessoa que adquiriu um sistema de conhecimentos e de crenças procede, em seguida, para usá-lo na vida diária, é uma questão totalmente obscura para nós, ao nível da investigação científica. Se houvesse alguma ciência capaz de tratar tais assuntos, ela poderia muito bem estar precisamente preocupada com a liberdade e a dignidade e poderia sugerir possibilidades para ampliá-las. Talvez, como as vezes sugere a literatura clássica da liberdade e da dignidade, haja uma inclinação, intrinsecamente humana, para a investigação criativa livre e para o trabalho produtivo e os homens não sejam apenas tolos mecanismos modelados por uma história de reforço, comportando-se de forma previsível sem qualquer outra necessidade intrínseca além da necessidade de saciação fisiológica. Então os seres humanos não são sujeitos adaptados à manipulação e nós teremos que planejar uma ordem social consentânea. Mas nós não podemos, no momento, voltarmos-nos para a ciência para que ela nos esclareça essas questões. Declarar outra coisa seria pura fraude. No momento, um cientista honesto admitiria de imediato que, no nível da investigação científica, nós virtualmente nada compreendemos do problema da liberdade e dignidade humanas.

Não há dúvidas, é claro, de que o comportamento possa ser controlado, por exemplo, por uma ameaça de violência ou por um padrão de privação ou recompensa. Isto não está em pauta, e a conclusão é consistente com a crença em um "homem autônomo". Se um tirano tem o poder de exigir certos atos, quer por uma ameaça de punição ou permitindo que apenas aqueles que executarem esses atos escapem à privação (por exemplo, limitando a possibilidade de emprego para tais pessoas), seus súditos podem escolher a obediência — embora haja alguns que possam ter a dignidade de recusar. Eles estarão conscientes de que estão se submetendo sob compulsão. Compreenderão a diferença entre essa compulsão e as leis que governam a queda dos corpos. É claro que eles não são livres. As sanções modeladas pela força restringem a liberdade, bem como a recompensa diferencial. Um aumento de salários, na frase de Marx "nada mais seria do que uma remuneração melhor de escravos e não restauraria, nem para o trabalhador, nem para o trabalho, seu valor e seu significado humanos". Mas seria absurdo concluir, simplesmente do fato de que a liberdade é limitada, que o homem autônomo é uma ilusão, ou passar por cima da distinção entre uma pessoa que escolhe curvar-se diante de uma ameaça ou força ou privação ou recompensa diferencial e a pessoa que "escolhe obedecer" ao prin-

cípio newtoniano enquanto cair de uma alta torre. A inferência permanece absurda mesmo onde é possível prever o curso da ação que seria selecionada pela maioria dos homens autônomos, sob condições de oportunidades coercitivas e limitadas para a sobrevivência. O absurdo só se torna mais óbvio quando consideramos o mundo social real, no qual "probabilidades de resposta" determináveis são tão remotas que elas não têm virtualmente valor de previsão. E não seria absurdo, mas grotesco, argumentar que desde que podem ser arranjasdas circunstâncias nas quais o comportamento seja inteiramente previsível — como em uma prisão ou no campo de concentração acima descrito, por exemplo, — não precisaria haver qualquer preocupação com a liberdade e a dignidade do "homem autônomo". Quando tais conclusões são tomadas como resultado de uma análise científica, só podemos ficar assombrados com a credulidade humana.

Skinner confunde ciência com terminologia. Ele aparentemente acredita que, se ele parafrasear expressões mentalistas comuns com uma terminologia extraída do estudo do comportamento em laboratório, mas desprovida de seu conteúdo preciso, então ele terá alcançado uma análise científica do comportamento. Seria difícil conceber uma falha mais clara em compreender até mesmo os rudimentos do pensamento científico. O público pode ficar decepcionado, dado o prestígio da ciência e da tecnologia. Pode até preferir ser enganado e concordar com o abandono da preocupação com a liberdade e a dignidade. Talvez ele escolha esse caminho por medo e insegurança face às conseqüências de uma séria preocupação com a liberdade e a dignidade. As tendências em nossa sociedade que levam à submissão a uma regra autoritária podem preparar os indivíduos para uma doutrina que pode ser interpretada como justificando isso.

Os problemas que Skinner discute — seria mais próprio dizer "circunscreve" — são freqüentemente bastante reais. Apesar de sua curiosa crença em contrário, seus opositores libertários e humanistas não protestam contra o planejamento de uma cultura, isto é, a que se criem formas sociais que conduziriam melhor à satisfação das necessidades humanas, embora eles difiram de Skinner na percepção intuitiva do que são na verdade essas necessidades. Eles não poderiam, ou pelo menos não deveriam opor-se à investigação científica, ou quando possível, a suas aplicações, embora elas sem dúvida viessem a dispensar a paródia que Skinner apresenta.

Se um cientista físico nos assegurasse que não precisamos nos preocupar com o esgotamento das fontes de energia porque ele demonstrou em seu laboratório que moinhos de vento bastarão para atender as necessidades futuras da humanidade, esperar-se-ia que ele fornecesse alguma prova ou então outros cientistas demascarariam este absurdo. Mas a situação é diferente nas ciências do comportamento. Uma pessoa afirma dispor de uma tecnologia de comporta-

mento que lhe serve de base e que revela os fatores que determinam o comportamento humano, mas não se impõe demonstrar nada. Espera-se em vão que a psicologia esclareça para o público em geral os limites atuais do que é sabido. Dado o prestígio da ciência e da tecnologia esta é uma situação infeliz.